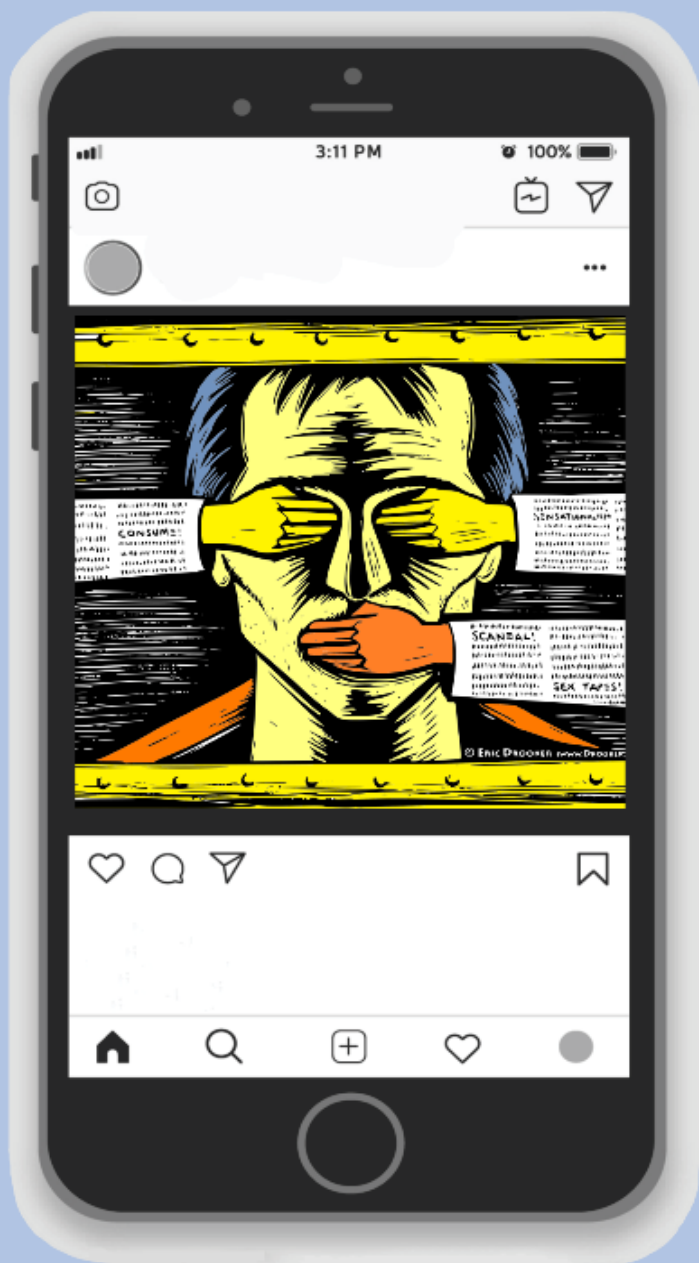




REVISTA DO CENTRO DE CULTURA SOCIAL

nº 5 — novembro de 2025

ESPECIAL
LIBERDADE



CCS



REVISTA DO CENTRO DE CULTURA SOCIAL



Uma publicação do Centro de Cultura Social de São Paulo.

O Centro de Cultura Social de São Paulo é remanescente de uma prática comum do movimento libertário no Brasil. Tem como principal objetivo o aprimoramento intelectual, a prática pedagógica e os debates públicos. Para tanto lança mão de meios como palestras, cursos, seminários, filmes, peças teatrais, entre outros, além de manter um acervo de arquivo e biblioteca voltados principalmente para o anarquismo. Desenvolve assim formas de ação e de formação de militantes e de livres pensadores, tendo sido comum a formação de diversos centros de cultura ou congêneres no primeiro meado do século XX. A finalidade do CCS é, inclusive estatutariamente, estimular, apoiar e promover nos meios populares o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social, não somente de cunho anarquista, mas de maneira plural, havendo o especial cuidado de manter-se distante de qualquer instrumentação externa, seja de partidos políticos ou não. O CCS é independente de qualquer outra organização. Tem constituição de pessoa jurídica e tem seu funcionamento regido pelo seu estatuto. A gestão se dá pela comissão administrativa do CCS, eleita anualmente, cumpridora das deliberações de assembleias de seus sócios efetivos, havendo a participação de seus sócios contribuintes. Sendo uma entidade sem fins lucrativos, o CCS mantém-se apenas por contribuição de seus sócios e simpatizantes.

O CCS mantém desde a sua fundação o seu caráter plural e libertário, em que todos são bem-vindos a opinar e debater, se resguardando em não fazer proselitismo religioso ou partidário e nem posicionamentos sectários.

Centro de Cultura Social

Rua General Jardim, 253 sala 22
Vila Buarque – São Paulo – SP
CEP 01223-011

Caixa Postal 105
São Paulo – SP
CEP 01031-970

Colaboraram nessa edição:

Antonio Carlos de Oliveira
Cibele Troyano
Douglas Boni
Francesco Codello
João da Mata
Marcia Basseto Paes
Mayumi Horibe
Peterson Silva
Renato Azevedo
Rojda Dandara
Samantha Lodi
Silvio Galo
Sofia Fernandes

Capa: obra do artista gráfico Eric Drooker

Quarta capa: adaptação de cartaz usado durante o Maio de 68 na França.

As imagens contidas nos artigos foram enviadas por seus respectivos autores. As demais são retiradas da internet ou de banco de imagens e quando não indicada é sem identificação.

Esta é uma publicação do Centro de Cultura Social de São Paulo. Qualquer parte pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Informações e programação das atividades do CCS no endereço www.ccssp.com.br e nas redes sociais

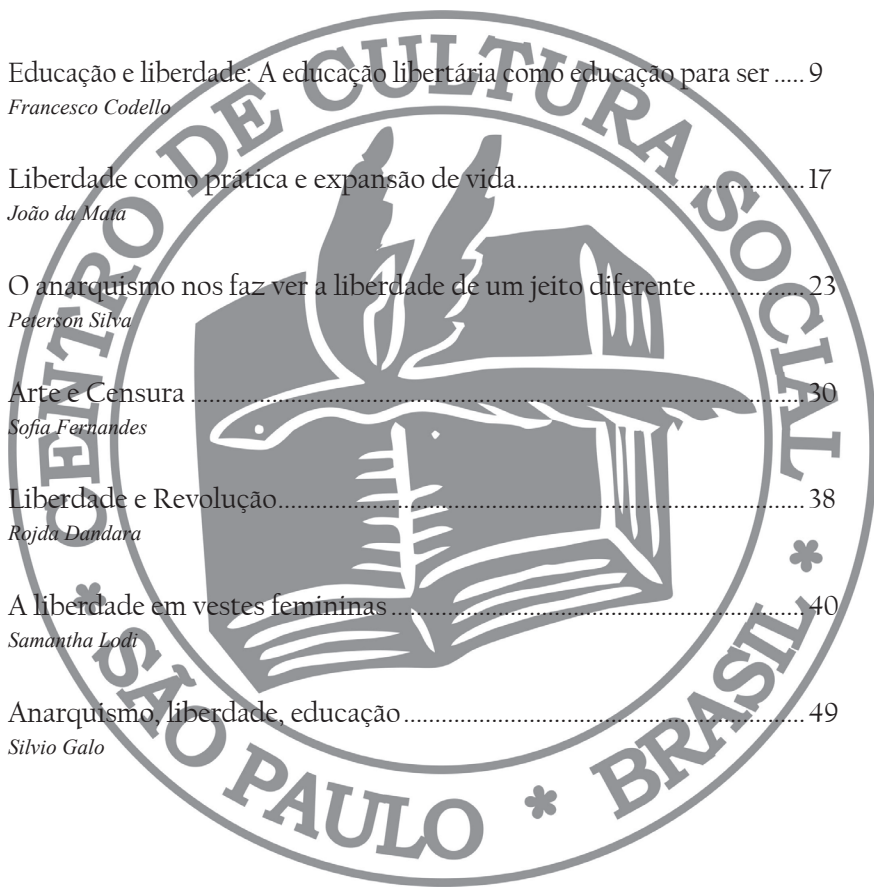
Revista do Centro de Cultura Social nº 5 (novembro de 2025). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2025. 58 p.

ISSN 1983-4691

1. Centro de Cultura Social. 2. Anarquismo.
CDD 320.57

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Educação e liberdade: A educação libertária como educação para ser <i>Francesco Codello</i>	9
Liberdade como prática e expansão de vida..... <i>João da Mata</i>	17
O anarquismo nos faz ver a liberdade de um jeito diferente..... <i>Peterson Silva</i>	23
Arte e Censura <i>Sofia Fernandes</i>	30
Liberdade e Revolução..... <i>Rojda Dandara</i>	38
A liberdade em vestes femininas <i>Samantha Lodi</i>	40
Anarquismo, liberdade, educação..... <i>Silvio Gato</i>	49





**PRESSE
LIBRE**

APRESENTAÇÃO

Eis que o Centro de Cultura Social lança o 5º número de sua revista.

Nesse, uma das preocupações centrais é a forma como hoje se entende a questão da liberdade.

Em tempos de ascensão da extrema direita fala-se muito em “liberdade”, para os neofascistas, o máximo da liberdade vem, por um lado do Neoliberalismo Econômico que ganhou projeção a partir dos anos de 1980 com Ronald Reagan, presidente dos EUA (1981-1989) e Margareth Thatcher, primeira ministra do Reino Unido (1979-1990) que defendiam maior poder de atuação do setor privado em detrimento do público, o chamado “estado mínimo” e a abertura econômica dos territórios que se intensificam com a globalização. Um estado que deveria intervir o mínimo para que a economia se autorregulasse. Para atingir esses objetivos os neofascistas trabalham para privatizar o que é

público. Tudo que foi criado pelo esforço dos trabalhadores – passa a ter dono que enrique à custa da cobrança daquilo que os produtores construíram.

Outra faceta cruel desse neoliberalismo é a precarização da legislação trabalhista e o ataque aos direitos sociais conquistados pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras contribui para isso a mentira amplamente propalada do empreendedorismo e a meritocracia resultando na precarização do trabalho através da pejetização e uberização. É o salve-se quem puder do individualismo egoísta burguês contra a ação organização coletivamente de forma horizontal, autogestionária e solidária dos que tudo produzem.

Do ponto de vista do liberalismo político, principalmente nas últimas duas ou três décadas, o crescimento das chamadas redes sociais mantidas pelas empresas de “big techs” que dominam

mercados globais, fortalecem os que detêm o poder para influenciar e intervir diretamente na economia, política e na vida em sociedade.

Nessa onda neofascista também ganhou força o anacronismo chamado anarcocapitalismo, que de “anarco” não tem absolutamente nada, outra forma de neoliberalismo, que na prática ao invés de lutar contra o estado, o fortalece.

Diante dessa realidade Noam Chomsky afirma que na extremidade “progressista” do que se convencionou chamar de neoliberalismo, está Walter Lipmann que argumenta que “o público precisa ser colocado em seu devido lugar”, para que os “homens responsáveis” possam governar sem a interferência de “pessoas de fora, ignorantes e intrometidas” cuja “função” é serem apenas “interessados espectadores da ação”, periodicamente selecionando membros da classe dirigente nas eleições, depois voltando às suas preocupações particulares. Os reacionários estatistas ditos “conservadores” normalmente adotam uma linha mais dura, rejeitando até mesmo o papel dos espectadores.

Cada vez menos os que detêm o poder econômico e seus representantes na esfera político partidária precisam da DEMOCRACIA; Se, como antes disse Malatesta essa era a forma menos nefasta de administração da sociedade,

o governo do povo era uma mentira que acorrentava sempre um pouco o mentiroso e limitava seu bel-prazer¹. Atualmente o “povo soberano” é cada vez mais espectador, as decisões são tomadas em nome do povo, porém muitas vezes são contrárias ao povo, mas pensar que se é livre, mesmo não sendo verdade, é melhor que saber e aceitar a escravidão como algo justo e inevitável.

Em grande parte, o resultado desse entendimento da liberdade é o já citado individualismo egoísta burguês, para quem a liberdade existe para sua satisfação pessoal, novamente citando Chomsky, assim temos “a difusão do modelo social terceiro-mundista com ilhas imensamente privilegiadas em meio a um mar de misérias e desespero”²

Enfim, trazemos para essa nossa reflexão textos como o do italiano, filósofo e educador Francesco Codello que discute o significado do termo educação, o papel do educador e do educando diante do projeto anarquista de educação libertária para um novo homem livre que rompe com o passado. Do somaterapeuta João da Mata que comenta as ideias de liberdade, autonomia, autogestão, o termo libertário e práticas da liberdade. De Peterson Silva que visita correntes do pensamento político e teoriza sobre liberdade demonstrando

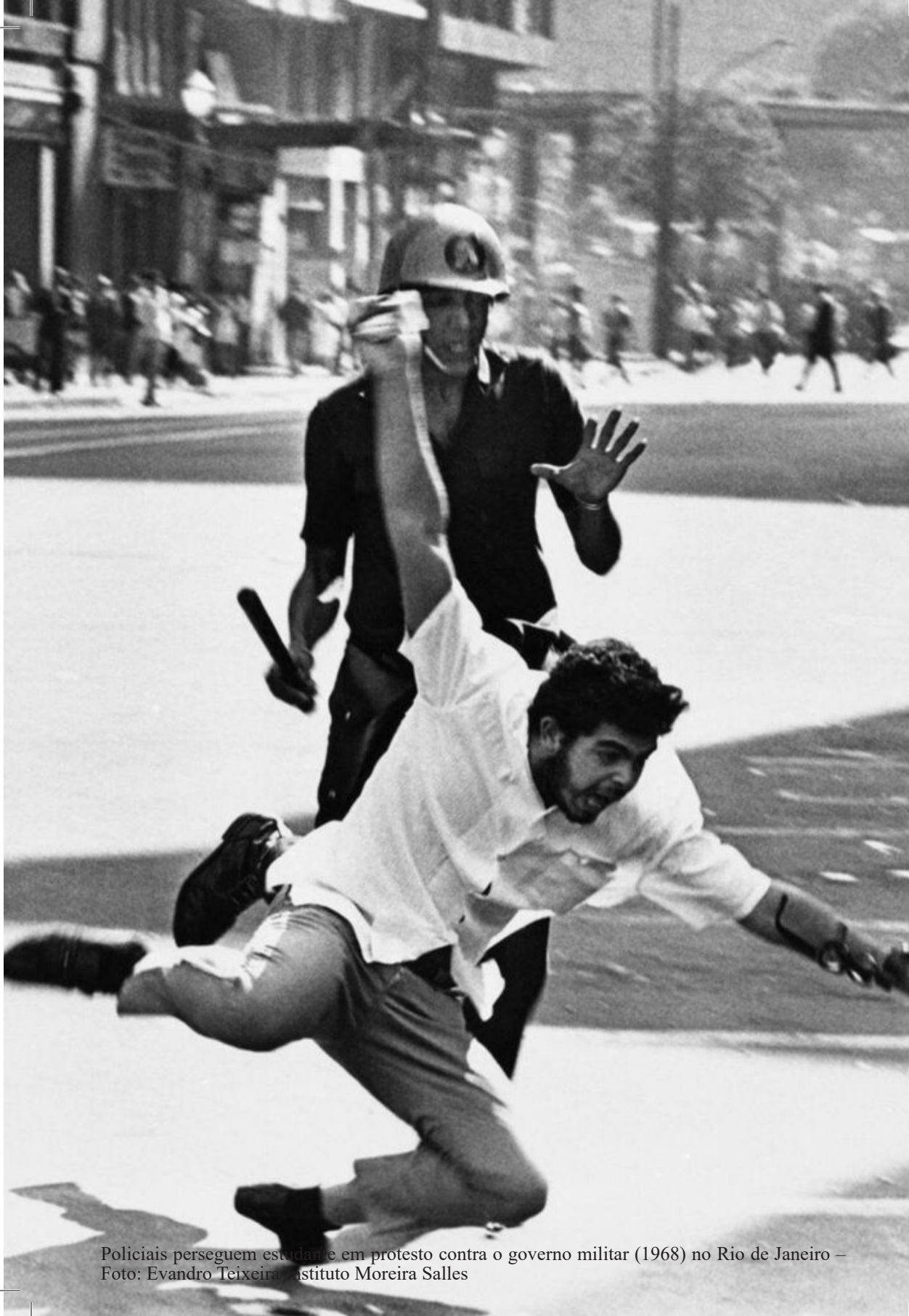
¹ MALATESTA. Anarquia e outros escritos. IN GUERIN, D; MALATESTA, E; BAKUNIN, M; KROPOTKIN, P; ENGELS, F; *O Anarquismo e a Democracia burguesa*. Global. SP. 1986. Pag. 90.

² Noam Chomsky, Os novos senhores da humanidade. *Jornal da Tarde*, 25 de abril de 1933

diferenças entre elas e os anarquistas. De Rojda Dandara, Rojava internacionalista que aborda a liberdade a partir da luta em Rojava pela independência e direito a autodeterminação. Da professora e pesquisadora Samantha Lodi que reflete sobre o papel das mulheres, principalmente as anarquistas nas lutas pela liberdade. Do Professor Sílvio

Gallo relacionando a educação libertária e outras formas de pensar a educação e liberdade e Sofia Fernandes é artista visual e arte educadora que trata de artistas que não tiveram em vida seu valor reconhecido, sendo censurados de diferentes formas.

Esperamos que a leitura agrade.
Saudações libertárias!



Policiais perseguem estudante em protesto contra o governo militar (1968) no Rio de Janeiro –
Foto: Evandro Teixeira/Instituto Moreira Salles

EDUCAÇÃO E LIBERDADE: A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA COMO EDUCAÇÃO PARA SER

Francesco Codello¹

(Trad. Márcia Bassetto Paes)

A palavra “educação” teve seu significado distorcido. Não apenas em seu uso comum, mas, também, entre os profissionais da área, presenciamos a mudança drástica no sentido mais autêntico da educação. Cada vez mais, “educação” é associada à “formação”. No entanto, a etimologia latina da palavra educar, ex ducere, significa algo muito diferente de “formar” (do latim formare, que significa “dar forma a”, “moldar”, “modelar”). Educar remete à ação de tirar para fora, desabrochar, desenvolver. Baseia-se, portanto, em uma relação

que não implica a transformação a priori do educando, mas, ao contrário, favorece o desdobramento do que já existe em potencial.

Poderíamos fazer uma comparação com a parteira em relação ao nascituro.

A expressão “formar” faz referência a uma ação deliberada e programada que tende a tornar o sujeito (na realidade considerado como objeto) compatível com a ideia estruturada do educador, assim entendido.

Em outras palavras, tomarei em-

¹ Francesco Codello (Valdobbiadene, Vêneto, Itália, 1953), filósofo e educador, foi professor e diretor de escola, fundador da Rete dell'educazione libertaria e membro da European Democratic Education Community. É autor de inúmeros ensaios, principalmente sobre o pensamento educacional, histórico e anarquista, publicados na Itália e no exterior. Publicado em português pelas editoras Imaginário e Ícone *A Boa Educação: Experiências Libertárias e Teorias Anarquistas na Europa, de Godwin a Neill* (ISBN 852740947X / 9788527409476); *Nem obedecer nem comandar*, pela editora Barricada de Livros. Publicações em italiano: *Liberi di imparare. L'esperienza di scuola non autoritaria in Italia e all'estero raccontate dai protagonisti* (2011), *La condizione umana nel pensiero libertario* (2017) — também em italiano, *L'illusione meritocratica* (2024).

prestada a feliz metáfora de Colin Ward² para os vários tipos de educação possíveis: o vaso, o barro e a flor. O vaso enche, e a ação é, portanto, unidirecional; o barro é moldado e a relação é menos evidente, mais sutil, mas não por isso substancialmente diferente da anterior; a flor não deixa de se tornar o que é em potencial, e a ação se limita ao cuidado do contexto e não tende a modificar a própria natureza do sujeito. Somente a flor respeita a autonomia dos vários atores envolvidos, não hierarquiza a relação e contempla a multidirecionalidade da relação educativa.

Trata-se, pensando em um plano mais abstrato e filosófico, da diferença que existe entre educar “para ser” e educar “para dever ser”. Quase todas as filosofias da educação (com raras exceções) se concentraram e consolidaram no “dever ser do ser”.

portanto, a centralidade e a qualidade do projeto de transformação social estão no conceito de liberdade, ou seja, no necessário processo de libertação das restrições materiais e espirituais que, em uma sociedade autoritária, impedem o desdobramento de toda autenticidade individual.

Esquemmatizando, podemos afirmar que, no primeiro caso (novidade), prevalece a instância da “formação”, no

segundo (liberdade), a da “libertação”. Esse artifício interpretativo obviamente não se resolve em uma diversificação rígida e concisa entre as duas qualidades que a educação libertária persegue e experimenta há mais de um século. Muitas vezes, os diferentes teóricos e pesquisadores de comunidades educativas antiautoritárias se empenharam em conjugar os dois polos da questão, na convicção de que os seres humanos se tornam livres na medida em que são novos e só são novos se forem livres. A tradição antiautoritária da educação, tanto em suas expressões teóricas quanto em suas experiências concretas, procurou privilegiar, nem sempre com sucesso, a dimensão da liberdade.

Poucos educadores compreenderam esta situação, ou seja, souberam ir ao sentido profundo da educação (John Dewey, Alexander Neill, Paul Goodman, Lev Tolstoj, só para citar alguns), enquanto os clérigos do sistema escolar e pedagógico teorizaram e construíram sistemas educativos que perderam completamente, ou em grande parte, o sentido mais autêntico de educar. Educar para ser não significa, porém, dar como certo um dado inicial (uma natureza humana definida e fixa), ou seja, pensar em uma essência imutável e duradoura que determine mecanicamente o de-

² Colin Ward (1924-2010), escritor, editor, professor britânico, em sua principal publicação teórica, *Anarchy in Action* (1973), em um capítulo chamado *Schools No Longer*, discute a genealogia da educação e da escolarização. Muitos dos escritos de Colin na década de 1970, enfatizavam práticas de aprendizagem e espaços fora do prédio escolar. Ao apresentar *Streetwork*, Ward escreve: “[este] é um livro sobre ideias: ideias do ambiente como recurso educacional, ideias da escola inquisitiva, a escola sem paredes...”

envolvimento do próprio ser. Significa, ao contrário, pensar que a educação deve permitir a cada sujeito, na relação consigo mesmo, com o outro e com o ambiente, tornar-se o que deseja e pode tornar-se, de acordo com o seu projeto de vida. Trata-se, além disso, de aceitar o ser em seu processo infinito e incessante. O ser é o que é naquele momento, naquele contexto, naquela dimensão evolutiva. Sua mutação é apenas uma mutação das formas e dos modos como se expressa.

Para John Dewey, a história das teorias educativas caracteriza-se pelo contraste entre aqueles que defendem que a educação não é mais do que o desenvolvimento a partir de dentro e aqueles que, ao contrário, estão convencidos de que ela é a formação externa, a partir de fora. E entre aqueles que pensam que ela se baseia em dons naturais e aqueles que a consideram como uma subjugação das inclinações espontâneas por meio de uma pressão externa.

Lev Tolstói seguiu a mesma linha quando denunciou a ideia de uma educação autoritária baseada, em sua opi-

nião, na imposição da vontade de um indivíduo sobre outro, a fim de obrigá-lo a adotar determinados hábitos morais. Alexander Neill também estava convencido de que o desejo de projetar a personalidade dos pais nos filhos constituía um ato coercitivo e autoritário. É por isso que o erro fundamental da educação autoritária consiste precisamente no ato de soberba e arrogância, bem como de presunção, típico daqueles educadores que pensam saber como deve ser uma criança e, sobretudo, o que ela deve se tornar.

Maria Montessori também se empenhou em contestar essa adaptação forçada da criança ao mundo adulto com suas reflexões e suas propostas didáticas e organizacionais. Paul Goodman declara de forma explícita e clara que toda educação socializa, mas a pedagogia o faz deliberadamente, incutindo os princípios morais e os costumes que constituem os laços sociais. O resultado mais evidente dessa abordagem educacional (formativa) é o surgimento do que Alice Miller definiu como “pedagogia negra”³. Essa pedagogia se ba-

³ Pedagogia negra (do nome original alemão *schwarze Pädagogik*), também chamada de pedagogia venenosa é qualquer método tradicional de educação infantil que a pedagogia moderna considera repressivo e prejudicial. Inclui comportamentos e comunicação que os teóricos consideram manipulativos ou violentos, como formas extremas de punição corporal. A psicóloga Alice Miller (1923-2010) utilizou o conceito para descrever abordagens de criação de filhos que, segundo ela, prejudicam o desenvolvimento emocional da criança. Miller afirma que esse suposto dano emocional promove comportamentos adultos prejudiciais aos indivíduos. Ela explica como a pedagogia venenosa em nome da “criação de filhos” leva a disfunções e neuroses de todos os tipos. Por exemplo, em seu livro *For Your Own Good* (Para o Seu Próprio Bem), ela discutiu seu impacto comum em três vidas distintas: Adolf Hitler, Jürgen Bartsch e Christiane F. enquanto em *The Body Never Lies* (O Corpo Nunca Mente), ela fala sobre o impacto do trauma da infância e das emoções reprimidas no corpo humano (N.T.)

seia em métodos refinados de persuasão oculta implementados em nossa civilização para domar a impetuosidade e a teimosia da criança e levá-la a se identificar com o projeto educacional dos pais e do Estado.

Além disso, uma vez adulto, o ser inconscientemente repetirá e duplicará o padrão educacional interiorizado em relação aos seus próprios filhos. A criança, que se tornou o orgulho dos pais, saberá captar as necessidades inconscientes dos próprios pais e se adaptar a elas, silenciando seus sentimentos mais autênticos e espontâneos que são inaceitáveis para os “adultos” (raiva, indignação, medo, inveja). Assim, delineou-se uma dominação adulta que oprime profundamente os jovens. As crianças são consideradas particularmente vulneráveis e vivem sob a “proteção” de uma cultura e de um estatuto que as define como “menores” e, com o pretexto de uma tutela, lhes retira direitos fundamentais, que, em vez disso, são reconhecidos aos “maiores”, ou seja, aos adultos. Com tudo isso, afirma-se uma nova forma de discriminação, substancialmente ignorada pela cultura, que se baseia na diferença hierárquica determinada pela idade. Com essa ideologia da superioridade do adulto sobre o “menor”, dada como um fato necessário e natural, na realidade a pedagogia

é exercida como violência: ela define o bem da criança independentemente do próprio sujeito.

Obviamente, sustentar essa tese não significa negar a diversidade que existe entre as várias etapas do desenvolvimento da personalidade e, portanto, também as diferenças que caracterizam cada idade. Um mal entendimento de tudo isso leva a produzir danos iguais, se não piores, ao processo de autonomia e liberdade do indivíduo na relação educativa. Quero dizer que aquele pai ou mãe que se comporta como um “amigo” do próprio filho, fugindo de sua responsabilidade de adulto, pode produzir danos ainda piores do que o pai ou a mãe manifestamente autoritária. O mesmo se aplica, nas óbvias diferenças de papel, à relação entre professor e aluno. Considerar a diferença de idade é sensato, mas transformá-la em uma relação hierárquica sistemática de poder produz inevitavelmente uma relação autoritária sem fomentar o desenvolvimento da responsabilidade do ser.

Educar significa, portanto, libertar, desenvolver, trazer à luz o que há de mais profundo, autêntico e intenso em cada um de nós; portanto, não há educação sem autoeducação, sem liberdade que coincide com incidentalidade (Paul Goodman)⁴. Portanto, educar significa desconstruir o existente imposto, re-

⁴ Paul Goodman (1911-1972) é conhecido por sua crítica à educação formal e sua defesa de alternativas como a descolarização, enfatiza a importância do aprendizado incidental. A “incidentalidade” refere-se à aprendizagem que ocorre fora do ambiente escolar formal, através de experiências e interações cotidianas, e que é vista como crucial para o desenvolvimento humano. Goodman critica a educação compulsória e defende que o apren-

velando suas construções imaginárias (George Orwell). Precisamente porque o conhecimento é, antes de tudo, conhecimento de si mesmo, a relação com o outro não pode deixar de ser dialógica e a relação educativa assim vivida deve tender a negar o homem desenraizado do ser e a reconciliá-lo com sua especificidade existencial e essencial (Martin Buber).

Não há educação autêntica sem empatia, ou seja, sem a capacidade de focar o próprio sentir-agir no mundo interior do interlocutor, na intuição do que se agita nele, como ele se sente e o que realmente prova além do que expressa verbalmente. A empatia é a tensão racional-emocional que o leva para fora dos seus próprios esquemas de atribuição de significado, é a revisitação do que se viveu através de uma sensibilidade, um conhecimento verdadeiro, sutil, fino, verdadeiro, raro. Mas pressupõe transparência, ou seja, a concordância entre os sentimentos manifestados e os realmente sentidos.

Na educação libertária, educador e educando são transparentes, cada um é exatamente o que é, não finge, não confunde ou, ainda, não mascara sua diversidade, porque só assim cada um pode se abrir com confiança e disponibilidade para consigo mesmo e para com os outros. Na relação transparente, realizam-se a escuta e a compreensão empática, a compreensão do ponto de

vista do outro, sem assumi-lo forçosamente como próprio e sem avaliar, aprovar, desaprovar, corrigir.

Tudo isso implica em suspender o julgamento moral sobre o que os outros expressam. Isso é precisamente o oposto de saber e de conhecer pelas aparências. Saber para ser versus saber para consumir, educar para conduzir ao eu versus educar para ser. E como ser é o objetivo da educação, a diversidade não é apenas um valor, mas uma riqueza, porque reconhece e valoriza a variedade das formas expressivas e comunicativas. Sem essa diversidade, não há liberdade. O ser é inteiro, múltiplo, uno, único, mas participa de sua humanidade, a realiza por meio de sua singularidade, a reconhece por meio das relações com os outros e precisa dela como espaço e tempo de sua essência.

O educador libertário pode, por meio da reflexão especular, levar os outros a profanar os sentimentos estabelecidos, mas nunca a temer a sacralidade e os próprios sentimentos. Estas são as virtudes que os cínicos Antístenes e Diógenes identificaram com a vida verdadeira, plena e indispensável, livre de todas as restrições, de todo poder, de todos os tabus.

É necessário hoje, mais do que nunca invocar, no educador, o amor (o eros de Platão) pela matéria e pelo outro para despertar o renascimento de sua “missão” que se desintegrou ao lon-

dizado significativo ocorre naturalmente quando as pessoas estão engajadas em atividades que lhes interessam e que são relevantes para suas vidas. (N.T.)

go do tempo. É preciso reavaliar a fé na utopia, indispensável, para poder ainda falar para esse educador sobre educação libertária.

A educação não deve transmitir um conjunto de dados adquiridos, mas uma relação com a vida como devir. Os índios americanos esperam para ver quem é a criança antes de lhe dar um nome. Eles dedicam tempo para conhecer o resultado psíquico e psicológico que a fundamenta, antes de chamá-la por um nome. Educar para ser é, portanto, o oposto da pedagogia do resultado.

Uma educação que se define como libertária não deve ser entendida como um presente que os sábios (pois se consideram os guardiões da função educativa) dão aos ignorantes (a concepção bancária da educação que Paulo Freire bem descreveu). Sua concepção autêntica deve ser definida como aquela relação que ajuda a trazer espontaneamente à superfície os tesouros de sabedoria escondidos no fundo e, portanto, não pode ser inculcada à força (Rabindranath Tagore⁵).

O desafio hoje, no âmbito educacional, está justamente nessa escolha

de pensar e praticar a educação nesse sentido, renunciando a sobrepor a cada especificidade natural, a cada talento, a cada diversidade, uma finalização autoritária e utilitária, seja ela motivada por cânones religiosos, filosóficos, políticos, etc. Rejeitar o dever ser do ser tem esse valor radical de ruptura com as pedagogias autoritárias e com a lógica hierárquica que está na base do conceito de formação, quando este é considerado como sinônimo de educação. E aqui me vem à mente, inesperadamente, aquele aviso que um filósofo racionalista e difícil como Kant, em sua obra mais madura (*Crítica da Razão Pura*), nos lembrava: “Contemplo as coisas belas sem exigir que elas correspondam aos meus cânones estéticos”.

Educar, em seu significado autêntico e original, é fazer crescer, trazer à tona, ou seja, é educar para ser, é acima de tudo uma arte. Auto educar-se na relação com o mundo é uma necessidade para ser livre e autônomo. Para Herbert Read, a arte deve ser a base da educação⁶. Não se trata de pedir, por exemplo, na escola, horas extras especificamente reservadas à arte, mas sim reivindicar todo o tempo da criança em idade es-

⁵ Rabindranath Tagore (1861-1941) educador indiano para quem “uma criança se encontra em seu ambiente natural entre as flores e os pássaros canoros. Aí pode mais facilmente expressar a oculta riqueza de seus talentos individuais. A verdadeira educação não vem de fontes exteriores, injetada à força. Ao contrário, ajuda a trazer à superfície a infinita reserva de sabedoria interior”. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1913. Foi poeta, romancista, educador, dramaturgo, músico e filósofo (N.T.)

⁶ Para Read (1893-1968) a arte deveria ser a base da Educação, sendo necessário criar modelos educativos que permitam o desenvolvimento das expressões estéticas da descoberta do mundo. É a descoberta que estimula as potencialidades do indivíduo e o desenvolvimento da criatividade.

colar. É necessário, portanto, adotar um método educacional que seja fundamental e formalmente estético, e no qual o conhecimento e a habilidade manual, a disciplina e o respeito não sejam senão coprodutos fáceis e inevitáveis de um natural diligência e criatividade participativa infantil. A educação integral concebida por Read é relativamen-

te indiferente ao destino das disciplinas individuais, porque sua premissa fundamental é de que o objetivo da educação é desenvolver aptidões gerais de visão e sensibilidade, aptidões estas básicas e fundamentais para as outras disciplinas.

Concluindo estas notas, podemos dizer que a educação libertária é uma relação de autolibertação positiva.

PF intima organizadores do Facada Fest, que reagem: “Não nos calarão”

Festival punk paraense usou cartazes com sátiras do presidente Jair Bolsonaro. ‘É apologia a crime, além de ofensivo’, rebateu Sergio Moro

POR GIOVANNA GALVANI

28.02.2020 15H28 | ATUALIZADO HÁ 5 ANOS



FACADA FEST BH

22H

04/OUT

ANOREXIA NERVOSA

SHIRON THE IRON

!SLAMA

ATAACK EPILEPTICO

DJ HEREGE

05/OUT

DROWNED MEN

DEAD PIXELS

CADELAS MAGNETICAS

ESTÁTICA

DJ VASSEUR

valores referentes para cada dia
R\$15,00 (antecipado/sympia) | R\$20,00 (na porta)
CASINHA - Rua Juiz de Fora, 114 - Barro Preto - info: 3293.2798

Notícia divulgada na imprensa e cartaz de evento que foi alvo de cerceamento devido à acusação de incitação à violência por apresentar a cabeça decepada do então presidente Jair Bolsonaro.

LIBERDADE COMO PRÁTICA E EXPANSÃO DE VIDA

João da Mata¹

“Quem anda no
trilho é trem de ferro. Sou
água que corre entre pedras
- liberdade caça jeito”
Manoel de Barros

Algumas palavras conseguem carregar uma amplitude impressionante de sentidos e significados. Seu uso e apropriação podem estar em contextos tão diversos e até contrários, a ponto de produzirem paradoxos e confusões. A palavra liberdade é um exemplo singular disso. Exaltada, reivindicada, banalizada ou sacralizada, a noção de liberdade virou “lugar comum” no amplo arco da política tradicional dos que se situam entre direta e a esquerda. Só para se ter uma noção, no discurso de posse do estadunidense George W. Bush em seu

segundo mandato, realizado em janeiro de 2005, o termo “liberdade” foi utilizado em 49 ocasiões. Há bastante tempo, o capitalismo associa o fato de se possuir mais ou menos liberdade à capacidade de consumir bens e serviços.

Todos adoram clamar por liberdade, aquela já alcançada ou, especialmente, a prometida. Para políticos, pastores, educadores etc., e os recentes condutores de almas, como influencers e coaches, a lista é grande no governo das condutas que usam e abusam da noção de liberdade como palavra-chave para empolar seus discursos. Os esperançosos por alguma liberdade, desgraçadamente, são muitos. Adormecidos no sonho salvador, aguardam pela doação ou autorização de que alguém ou alguma coisa possam libertar-lhes. A liber-

¹ *João da Mata* é psicólogo, mestre em Filosofia, Dr. em Psicologia (UFF) e Dr. em Sociologia (Univ. de Lisboa), com Pós-Doc em História/UFF. Trabalha com a Soma – uma terapia anarquista, há mais de 30 anos.



dade, assim, é vista como condição a ser outorgada, que se possui ou não, e até mesmo como um locus a ser atingida.

Diante desse amálgama de significados, explicitar a noção de liberdade para os anarquismos é colocar-se distante desse estado de coisas, para afirmar uma vida outra. Entre anarquistas, a vivência das mais amplas concepções de liberdade, confunde-se com as diferentes práticas daqueles que insistem em concebê-la como experimentação no agora, e não, como projeto futuro e seus mundos idealizados. São práticas de homens e mulheres que fizeram e fazem de sua existência percursos autorais inscritos na vida cotidiana. A anarquia faz parte de um *ethos* ingovernável, uma ação e um comportamento daqueles que não aceitam a hierarquia como condição inequívoca.

A liberdade como prática social, inscrita nos mais diferentes instantes

e espaços da existência, articula as dimensões pessoal e coletiva, simultaneamente. O desafio da vida libertária situa-se na permanente articulação entre a autonomia individual e a autogestão social. É neste ponto que os anarquismos se distanciam das perspectivas liberais e marxistas, assumindo uma crítica contundente a qualquer forma de associação que ponha em desequilíbrio estas duas dimensões.

A autonomia aqui pode ser entendida como uma forma de autorregulação, através da qual cada pessoa tem as possibilidades de conduzir sua vida. E a faz de maneira satisfatória desde que não sofram bloqueios e repressões, quase sempre causados por mecanismos disciplinadores e de controle, exercidos de maneira explícita ou disfarçada.

Este conceito, tal qual entendemos, aparece na obra do psicanalista Wilhelm Reich (1897-1957). Para ele, a autorregulação constitui a habilidade intrínseca do indivíduo de manter equilíbrio físico e psíquico sem a necessidade de coerção externa, desde que não haja repressão das funções vitais. Fundamentada na livre expressão dos impulsos biológicos e emocionais, essa condição é severamente comprometida pelas mais variadas formas de repressão, sejam elas de ordem moral, econômica, de gênero, raça ou quaisquer formas de domínio de uns sobre outros. Reich deu especial destaque aos efeitos repressores sobre a sexualidade e a consequente redução da potência de vida que decorre disso, especialmente pelo bloqueio

do fluxo natural da energia vital. Para Reich, a autorregulação não apenas representa um princípio biológico, mas também um fundamento ético-político: somente indivíduos emocionalmente autorregulados poderiam sustentar relações sociais não autoritárias, tornando-a, assim, condição indispensável para uma sociabilidade livre.

A autogestão social pode ser definida como um modo de organização coletiva em que a tomada de decisões, a coordenação das atividades e a distribuição dos recursos são conduzidas diretamente pelos próprios participantes, sem a intermediação hierárquica de autoridades externas. Fundamenta-se em princípios como horizontalidade, participação direta, responsabilidade coletiva e solidariedade, buscando superar estruturas centralizadas de poder. No campo político e econômico, a autogestão visa não apenas a eficiência organizativa, mas também a emancipação social, seja pela gestão dos meios de produção e organização da vida comunitária. Enquanto prática, ela pressupõe a capacidade dos sujeitos de exercer autonomia responsável, o que a vincula a processos formativos, culturais e éticos que sustentam sua viabilidade. Dessa forma, autorregulação individual e autogestão coletiva estão intimamente ligados.

ANARQUISTAS E LIBERTÁRIOS

Foi na metade do século XIX, precisamente em 1857, que o francês

Joseph Déjacque (1821–1864) passou a utilizar o termo “libertário”, como alternativa semântica e estratégica à palavra anarquista. Neste período em França, o vocábulo “anarquia” era frequentemente associado, na retórica oficial e na imprensa conservadora, à desordem, violência e criminalidade. Essa conotação negativa, somada à repressão estatal e à censura sobre publicações e discursos considerados “propaganda anarquista”, motivou militantes a buscar uma terminologia que pudesse expressar suas ideias sem incorrer nos dispositivos repressivos em vigor.

O uso político do termo *libertaire* proposto pelo anarquista Déjacque, que encontrava-se exilado nos Estados Unidos era também uma crítica endereçada à defesa proudhoniana da limitação da emancipação feminina. Para ele, a utilização do termo *libertaire* demarcaria sua concepção integral de liberdade, tanto política quanto social. Entre 1858 e 1861, Déjacque publicou em Nova York o periódico *Le Libertaire*, Journal





du Mouvement Social, no qual consolidou o uso do termo como sinônimo de anarquista e como afirmação de uma liberdade inseparável da igualdade social: “Não sou nem liberal nem conservador. Sou libertário, isto é, partidário de uma ordem fundada na liberdade absoluta do indivíduo e na solidariedade voluntária”.

A adoção de libertário cumpriu, assim, três funções principais: (1) contornar a censura e a criminalização da palavra “anarquista” em determinados contextos repressivos; (2) marcar distinção ideológica em relação tanto ao liberalismo clássico (*libéral*) quanto às vertentes autoritárias do socialismo; e (3) abarcar a diversidade de tendências no interior do pensamento anarquista, incluindo mutualistas, comunistas libertários e individualistas.

No final do século XIX e início do XX, o termo foi amplamente difundido. Na França, Sébastien Faure (1858–1942)

contribuiu decisivamente para popularizar *libertaire* como equivalente de anarquista, utilizando-o em discursos, panfletos e na imprensa, notadamente no jornal *Le Libertaire*, relançado em 1895. Na Espanha, a tradução *libertario* tornou-se amplamente utilizada, especialmente durante a Revolução Espanhola (1936–1939), quando foi adotada pela Confederação Nacional do Trabalho (CNT) e pela Federação Anarquista Ibérica (FAI), como atestam as publicações *Solidaridad Obrera* e *Tierra y Libertad*. Por meio das redes de exilados e das publicações hispânicas, a expressão chegou à América Latina, consolidando-se como designação corrente no movimento anarquista da região.

Nos Estados Unidos, até meados do século XX, *libertarian* era empregado predominantemente como sinônimo de anarquista. Autores como Benjamin Tucker e Voltairine de Cleyre usavam o termo nesse sentido. Apenas a partir

das décadas de 1950–1960 o vocábulo começou a ser apropriado por correntes do liberalismo de mercado, influenciadas por pensadores como Murray Rothbard, que redefiniram *libertarianism* em moldes distintos do uso original anarquista.

Assim, a história do termo “libertário” evidencia não apenas as transformações de uma nomenclatura política, mas também a disputa de significados em torno da ideia de liberdade. Sua trajetória reflete as estratégias linguísticas de movimentos contestatórios diante da repressão, bem como as transformações semânticas resultantes de apropriações ideológicas posteriores.

PRÁTICAS DE LIBERDADE

A liberdade, na perspectiva libertária, deve ser entendida como prática social e não apenas como atributo individual. Tal concepção sustenta que a au-

tonomia pessoal depende das condições sociais e materiais que garantam a todos igual possibilidade de autodeterminação. A conhecida afirmação de Mikhail Bakunin (1814-1876) em contraponto à concepção liberal de que “só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos ao meu redor, homens e mulheres, são igualmente livres”, explicita o caráter relacional e coletivo da liberdade.

Essa perspectiva rompe com a visão liberal negativa, segundo a qual a liberdade consiste na ausência de interferência externa, e aproxima-se de uma noção positiva e relacional, que integra liberdade e igualdade como dimensões indissociáveis. Na prática, isso implica a organização social horizontal, o apoio mútuo e a participação direta nas decisões coletivas, evitando a concentração de poder e a cristalização de hierarquias.

Portanto, a liberdade como prática social não é um estado fixo ou mera-





mente legal, mas um exercício cotidiano que se constrói na interação solidária e na defesa constante contra antigas e novas formas de dominação. Trata-se também, de fundamento e objetivo do projeto emancipatório libertário: só é plenamente livre o indivíduo cuja li-

berdade está integrada à liberdade de todos. A diferença fundamental entre a concepção de liberdade formulada por Mikhail Bakunin e a tradição liberal clássica reside na natureza e nas condições para a realização da liberdade individual.

É falaciosa a premissa de que a autonomia plena do indivíduo pode ser concebida isoladamente. Quanto mais pessoas praticam a liberdade, mais dinâmica e livres tornam-se minhas sociabilidades. O contrário também ocorre: em ambientes onde a existência de relações hierárquicas, desigualdades estruturais e formas de dominação estão presentes, menos possibilidades há para exercer as práticas de liberdade. A liberdade, portanto, implica a abolição das instituições e estruturas de poder que limitam a autonomia coletiva, pois a opressão de uns restringe irremediavelmente a liberdade de todos.

Na busca por uma vida em expansão, experimentar práticas de libertação, de liberação, de libertinagem e de liberdade, em que possam ocorrer nas mais variadas formas, acontecimentos e circunstâncias são, pois, desafios e encantos entre anarquistas. Todas estas formas, nos auxiliam a lutar contra os microfascismos impregnados nos modos de existir, que nos seduzem a fazer parte do rebanho participativo da lógica de governo de uns sobre os outros, desde aqueles localizados na esfera doméstica até em instituições como o Estado e o Tribunal.

O ANARQUISMO NOS FAZ VER A LIBERDADE DE UM JEITO DIFERENTE

Peterson Silva

A luta por liberdade sempre foi uma grande bandeira anarquista. Denunciamos uma liberdade que alguns dizem existir, mas que não vemos na prática. Ou será que criticamos a liberdade ser privilégio de poucos, como o dinheiro? Liberdade é como a vida, que ou você tem ou não tem, ou como dinheiro, que se pode ter muito ou pouco? Será que dinheiro traz liberdade?

De pergunta em pergunta, chegamos à fundamental: o que é liberdade, afinal?

Não me parece necessário que todo anarquista primeiro concorde com uma definição de liberdade para só então lutar por ela. Historicamente, anarquistas fazem teoria como fazem militância: começam de onde estão, pensando os desafios de seu contexto. Não costumamos pensar a liberdade de forma abstrata, partindo de “princípios absolutos”, impondo conclusões de cima para baixo. A liberdade é algo

que todos conseguem sentir, apreciar e discutir. A esperança é que dialogando, questionando, analisando conflitos e desejos concretos, podemos lutar por liberdade, mesmo que ela não seja exatamente a mesma coisa para cada pessoa envolvida nesse processo.

Por outro lado, acho que perdemos alguma coisa se abrimos mão de um discurso mais direto sobre a liberdade. Afinal, nossos adversários fazem esse discurso, e acabam dando o tom da conversa. Quando todos entendem a liberdade de um jeito que vai contra o que pensamos, temos sempre que partir desses entendimentos no diálogo, e aí ficamos exaustos, desviando de mil armadilhas retóricas no caminho. Pior: é difícil produzir armas com ferramentas que pedimos emprestadas dos nossos alvos! Há uma tendência a cair nas mesmas conclusões que eles, ou parecer incoerentes se não fizermos isso.

O prejuízo não aparece só na are-

na pública, quando debatemos com adversários sem conseguir definir os termos do debate. Não é só questão de propaganda. Tem a ver com ação. Muitas vezes achamos que a prática basta para compensar uma teoria imprecisa, mas a gente faz essa prática a partir de uma perspectiva, que inclui ideias sobre o que as coisas são – uma teoria, mesmo que não tenha vindo de um livro ou de reflexão profunda. Ao lutar por liberdade, o que entendemos é que ela influencia nossas escolhas, não só na militância mas no dia a dia. Usar a teoria de quem nos oprime tende a atrasar a nossa vida de jeitos que só vamos perceber mais tarde.

É possível teorizar a liberdade sem abandonar o princípio de construir teoria de baixo para cima? Tentar tirar, muito humildemente, um “suco” teórico do aprendizado coletivo de tantas caminhadas, de tantas lutas?

Eu entendo que sim. Progressistas prometem liberdade; alguns, de vez em quando, declaram que já a temos, enquanto outros dizem que precisamos continuar a elegê-los e segui-los para um dia chegar lá. Acho que não vale a pena dizer que são as nossas propostas que vão verdadeiramente nos levar para esse paraíso. Defendemos a anarquia mais efetivamente quando deixamos de querer essa liberdade que nos prometram, e quando somos capazes de dizer com todas as letras que outro tipo de liberdade nós queremos.

AS PROMESSAS “UTÓPICAS”

A palavra liberdade vem do latim *libertas*, que descrevia os privilégios da cidadania romana. Quando se trata de coisa de romano, você já pode imaginar o quanto isso tinha a ver com hierarquia, militarismo, imperialismo, escravidão... Cristãos re-empacotaram a ideia, pensando em algo como “a habilidade de escolher autonomamente o que é certo”: estar desimpedido, por dentro (psicologicamente) e por fora (fisicamente, socialmente), para escolher por vontade própria servir a Deus (que tem a ver com viver de acordo com certas regras).

A modernidade “fratura” essa ideia. Para liberais, liberdade tem a ver com “a habilidade de escolher” (ninguém força você a nada). Republicanos, preocupados com unidade nacional e igual submissão à lei, enfocam “escolher autonomamente”: mesmo que alguém mais poderoso que você não te force a nada, o medo ou a vontade de agradar ainda podem fazer você escolher o que ele quer. Alguns republicanos, e mais tarde marxistas, concentram-se na ideia de “escolher o que é certo”. Se você não está fazendo escolhas “racionais” (de acordo com a natureza humana, o fluxo dialético da história, etc.), é porque ainda não está desimpedido para fazer isso. A liberdade envolve derrubar esses obstáculos que impedem alguém de obedecer ao que é certo.

A liberdade, essa que herdamos dos pensadores europeus (ou eurocên-

tricos) que o sistema bota num pedestal, tem um “núcleo” em comum: a não-restrição. Os detalhes variam; a liberdade dos liberais não é a mesma que a dos marxistas. Mas se trata de interpretações diferentes de uma mesma “sensação”: não estar limitado, não haver obstáculos ao movimento, não estar restrito nas suas ações. As diferenças têm a ver com quem deve não estar restrito, e o que vale como restrição.

Liberais endeusam a liberdade do indivíduo, e veem na competição (no mercado, por exemplo) uma lógica de organização social que respeita essa liberdade. Assim, acabam naturalizando as desigualdades entre as pessoas, deixando de vê-las como restrições. No republicanismo, hoje em dia mais retórica conservadora que prática progressista, é “a comunidade”, em geral “o país”, que deve ser livre (cada indivíduo é livre ao viver numa comunidade livre). A principal restrição aqui é o medo: dos agentes, externos ou internos, que estejam acima da lei do grupo. Um país forte e com uma lei respeitada “se governa” (escolhe com autonomia), e assim seu povo “se governa” e é livre. Para marxistas, quem deve ser livre é a classe trabalhadora, que em sua luta age, na verdade, pela libertação da humanidade racional contra o caos da natureza, metáfora para o liberalismo que Marx certa vez chamou de “anarquia do mercado”.

No liberalismo, então, a “irracionalidade” não é uma restrição, não tira a liberdade de ninguém; no marxismo, sim. Mas divergências como estas são

menores diante de uma consequência prática em comum, com ligação direta com a não-restrição: a defesa do direito de ser violento com impunidade. Enjaular alguém é crime, mas quando é o Estado quem aprisiona, não tem para quem denunciar – é uma violência “legítima”, uma violência que, para quem defende o Estado, deve ficar impune. Isso exige hierarquia, separar dirigentes de dirigidos; entender que tem que ter alguém mandando e outros obedecendo. E, claro: concentrar a força necessária para que os que mandam possam garantir que serão obedecidos.

Hierarquia, autoridade, essa força superior concentrada, isso tudo é necessário se você quiser garantir que o “agente” certo vai ficar “não-restrito” do jeito certo. Uma vida entre iguais é “interferência mútua”; o que os outros fazem afeta a gente, o que fazemos afeta os outros. Resta organizar essa realidade; “negociar, sofrer, e dançar”, como diz Maggie Nelson, com essa dependência mútua. Bom, na verdade, isso é o que resta para nós, anarquistas, que valorizamos a igualdade. Relações de mando e obediência, da família hierárquica até o Estado, passando pela propriedade privada, são uma busca utópica por realizar uma visão de o que as pessoas devem ser e daquilo que estas pessoas ideais devem ser deixadas “desimpedidas” para fazer.

Para liberais, força deve ser usada para estruturar competições entre indivíduos. Para progressistas patriotas, sejam eles mais liberais ou mais social-

-democratas, o negócio é a nação tomar decisões que valem para todos e aí descer o cacete em quem sai da linha. Para marxistas, a violência que leva “na direção certa” deve ser apoiada, seja lá como o intérprete de Marx mais influente do momento define essa direção.

A palavra que descreve bem todas essas visões é **conformidade**. Nessas “utopias” da soberania, você é livre quando você se conforma a um papel: quando se constrói como esse indivíduo competidor do mercado, ou como cidadão de bem, ou como leal membro do partido... E quando, é claro, dentro dessa visão de quem temos que ser, temos toda a permissão para agir, mas só desses jeitos que importam. Somos livres quando somos restritos de um jeito que não conta como restrição, e quando não temos restrições para fazer as escolhas que nos permitem fazer.

Essa é a armadilha em que caímos se dermos muita corda para qualquer uma dessas ideias de liberdade. Esses conceitos foram criados como senhas para o enganoso paraíso prometido pelos engenheiros das distopias da hierarquia. E elas abrem mesmo essas portas – não é só uma questão de falsas promessas! Essas liberdades **podem** existir, ainda que dependam de exclusões, já que a diversidade da vida não cabe em suas prescrições. Mas mesmo que a promessa de incluir todo mundo nelas – no mundo do consumo, da cidadania, da racionalidade igualitária – fosse cumprida, o que teríamos? Constante pressão de burocracias autoritárias para

nos submetemos sempre ao mesmo esquema de relações, para nos conformar com as mesmas estruturas sociais e possibilidades de vida. No máximo, quando resolvemos ser “do contra” mas ainda hierárquicos, viver segundo a mesma lógica de mando e obediência, trocando apenas quem manda ou, quando muito, o conteúdo das ordens.

O conformismo que denunciemos não é só deixar de lutar contra sofrimento e injustiça. É deixar de brigar pela diversidade, por um mundo em que caibam muitos mundos. É nisso que o anarquismo mira quando exalta a liberdade!

A LIBERDADE PELA QUAL LUTAMOS

O que estou sugerindo é que, para anarquistas, a liberdade é poder não se conformar, sem a ninguém dominar. Em outras palavras, é a facilidade que existe, nas nossas relações, para que possamos mudar as estruturas das nossas relações. Essa facilidade não pode ter a ver com dominação; não pode criar relações hierárquicas, nem aprofundar desigualdades de poder. E isso é pura lógica: a desigualdade significa justamente uma menor facilidade em mudar as estruturas. Então quanto mais fácil forem as mudanças que não tenham a ver com dominação, mais liberdade temos; quanto menos, menos livres somos.

Igualdade e liberdade se combinam porque desigualdade – de recursos materiais necessários a uma vida digna,

de conhecimento e formação técnica, de respeito – gera razões para mandar e obedecer, assim como razões para competir. Isso só acelera um ciclo de vitórias, humilhações, consolida identidades hierárquicas, codifica as desigualdades na moralidade... Torna cada vez mais difícil para os de baixo conseguir reverter sua situação, ao mesmo tempo em que desmotiva os de cima a fazer qualquer coisa para desistir do que conseguiram obter. Há uma maior dificuldade para mudar as coisas, não importa quão ruins fiquem para a maioria das pessoas. Pense em quantas pessoas enxergam a podridão da democracia burguesa: as únicas alternativas permitidas pelo sistema são as que reforçam a lógica da hierarquia do Estado. Para além do anarquismo, a todo momento dificultado, resta se conformar com isso, ainda que certos conformismos pareçam radicais.

Nesse cenário, inclusive, existe conformidade com a competição. Colocados em “lados opostos”, ou nós mantemos um impasse que é ruim para todos, ou um dos lados “ganha”, reafirmando a lógica de dominação e desigualdade. Anarquistas enfatizam a ajuda mútua em dois sentidos: é preciso que os de baixo se ajudem para que possam ter forças para encarar sua dominação – mas quando forem iguais, precisam poder superar impasses a partir da criatividade: ir além do ganhar e perder através da transformação social, que só vai acontecer se realmente nos ajudarmos a superar as dificuldades que

existem em qualquer transformação.

O anarquismo não olha só para fora; pensa também em quem somos, em nossas identidades. As estruturas sociais são feitas e refeitas a partir daquilo que escolhemos fazer, mas nós também somos influenciados pelas estruturas sociais. Indivíduo e sociedade são dois lados da mesma moeda, e repensar o que somos também faz parte da luta. Mais que isso: repensar quem somos para agir de forma diferente, para ser permeável ao outro e se permitir mudar. Porque se indivíduo e sociedade são complementares e indissociáveis, querer que um possa sempre mudar... Significa querer que o outro também possa sempre mudar.

Afinal, as distopias hierárquicas que vimos antes incentivam uma certa “obsessão” em sermos um só tipo de pessoa, para que priorizemos “espontaneamente” certas coisas. A propaganda nacionalista, por exemplo, nos incentiva a priorizar a lealdade à nação, assim como a propaganda liberal nos diz que o certo é sermos indivíduos competidores. Quando compramos essas histórias, outros tipos de objetivos, de solidariedades, parecem estranhos. Mudar de direção, agir seguindo outras práticas, acaba mudando quem somos, e aí entramos em crise: parece que não estamos somos “autênticos”, “genuínos”; parece que obedecemos a imposições externas, “traindo” quem somos. Nos sentimos dominados, ou corruptos.

Anarquistas atacam essa lógica com a valorização da diversidade. A

essência do ser humano, para nós, é a potência para a multiplicidade, para viver várias vidas, ter diferentes prioridades ao longo do tempo. Se acreditamos nisso, as mudanças que fazemos nessas negociações da vida não são mais imposições inautênticas, e sim a bela arte humana de se refazer. E nos refazemos para quê? Ora, para ajudar a lidar com as desigualdades, ajudando quem precisar de ajuda a transformar as estruturas – e a se transformar também, assim como, aliás, nós precisamos de ajuda para nos refazer, já que isso não é coisa fácil!

A DIFERENÇA QUE ISSO FAZ

A briga educativa anarquista é defender que não basta mudar um esquema de autoridade por outro: um padrão por outro, um burocrata por outro, um líder por outro. Da mesma forma, não adianta querer dissolver toda e qualquer estrutura. Liberdade não é falta de regularidades, instituições, regras. Não significa, para usar os termos de antes, deixar de debater “restrições” e “não-restrições”.

A vida em comum sempre vai precisar de acordos assim, e o individualismo absoluto não é refúgio; ele só leva para a competição que descamba em desigualdade e faz tender à conformidade. Teremos sempre que combinar em que sentido estaremos restritos ou o que não teremos limite para fazer – mas nenhuma combinação dessas é essencialmente a liberdade. Anarquistas querem

analisar cada contexto para se perguntar quais restrições e não-restrições favorecem a igualdade, o apoio mútuo, e a diversidade: os pilares de uma situação em que nos sentimos verdadeiramente empoderados para transformar a realidade.

É importante dizer que a liberdade é isso tudo junto, não cada coisa separada. Marxistas falam da igualdade num sentido econômico, ofuscando a necessidade de igualdade política, e ainda leva a uma conformidade burocrática que ninguém realmente deseja. Liberais falam de uma diversidade superficial que esconde uma profunda conformidade às demandas do capital. Não queremos apenas escolher. Queremos criar novos caminhos, e até poder mudar de ideia sobre para onde ir!

Esse conceito de liberdade joga luz sobre divergências importantes entre anarquistas e idólatras da hierarquia. A ideia de não-restrição é passiva: se estar livre é não estar restrito, tanto faz quem te deixa nesse estado. Mas para anarquistas a libertação “do outro” não faz sentido. Reconhecer sociedade e indivíduo como duas partes do mesmo processo, e ainda pensar que o “eu” é dinamicamente múltiplo, significa pensar o “eu” e o “outro” como conectados, misturados, enredados: eu me liberto apenas a mim mesmo, mas só posso fazer isso em solidariedade com as lutas por igualdade que já estão dadas.

Ainda sobre essa conexão profunda entre eu e outro: se a liberdade exige igualdade, não tem como alguém

ser mais livre que outro – porque numa relação, um não é “mais igual” que o outro; quanto mais desigualdade, menos liberdade para os dois lados. Da mesma forma, não tem como um lado de uma relação ser mais estruturada por ajuda mútua que o outro, ou um lado ser mais diverso que o outro, uma vez que estamos falando da diversidade dentro dessa relação! Em outras palavras, a liberdade não é algo que alguém, um indivíduo ou um grupo, tenha. É uma coisa que está numa relação. Só podemos entender quão livres somos se analisarmos nossas relações.

Mais que isso, a liberdade não é uma propriedade das relações, é algo que as pessoas fazem em relação. A sensação de liberdade não é a sensação de não estar restrito por algo. É a sensação de, dentro das restrições que existem, agir de uma forma que importa, isto é, que podemos ver ter resultado no mundo. É também saber que o lugar em que vivemos é do jeito que é em respeito a tudo que cada um é. É algo perto da ideia de agência, ativa, coletiva, rebelde, solidária.

Isso tem a ver com o anarquismo em seu sentido mais antirracista e anticolonial. Pensemos, por exemplo, nos quilombos. Formados por pessoas que se opunham à dominação, principalmente negros escravizados, eles eram lutas por espaços (físicos e sociais) que pudessem sustentar uma não-confor-

midade rebelde que levasse a transformações. Como em Rojava ou Chiapas, eles eram multi-étnicos em aspiração e na prática, mas liderados pelos grupos mais oprimidos de seus contextos. Eles significaram a criação de novos padrões econômicos, culturais e políticos para resolver problemas concretos – que incluíam formas de cooperar por igualdade e diversidade. Assim como os anarquistas, eles tomaram para si os nomes que outros usavam para xingá-los, e se recusaram a usar métodos hierárquicos para buscar mudanças: queriam superar ambos exclusão e assimilação.

Quanto de nós anarquistas fazemos pouco caso – e com razão – de noções puramente teóricas de liberdade? De ideias complacentes, que visam convencer que existe liberdade por causa desse ou daquele critério abstrato. Pois bem: pensar a liberdade desse jeito – poder não se conformar, sem a ninguém dominar – tem a ver com construir uma anarquia sustentável, onde nos sentiremos livres mesmo fora da luta, nos momentos de descanso que todo ser humano precisa ter também. Mas veja: se não houver não-conformidade na prática, se não houver risco, se não houver a demanda de que as coisas sejam diferentes mesmo se estiverem bem, ou o apoio aberto a quem nos diz que as coisas não estão bem e que precisam mudar... Como é que vamos saber se somos realmente livres?

ARTE E CENSURA

*Sofia Fernandes*¹

Engana-se quem pensa que para se tornar um artista basta dominar uma técnica. A formação do artista se dá por um processo de aprendizado sobre a vida, sobre si mesmo sem negar nem fugir das dúvidas existenciais ou de quaisquer sentimentos, inclusive os mais sombrios e sem, jamais, perder a capacidade de espanto diante da beleza e crueza da realidade que o cerca. Para o poeta austríaco Rainer Maria Rilke, o artista deve cultivar a paciência e a persistência, encarar a solidão, acreditar mais nas suas incertezas do que em respostas vazias e fundamentalmente, ser autêntico e sincero, respeitando sempre sua própria essência.

Depois dessa intensa batalha, o artista com sua obra em mãos, tenta chegar ao público a quem ela é destinada, mas se depara com um monstro chamado censura, um monstro de muitas caras...

CENSURA ESTETICISTA

O caso Van Gogh

É sabido que Van Gogh foi um pintor nada convencional e que suas pinturas não eram aceitas em salões, não agradavam aos críticos nem aos marchands, portanto não eram expostas nem vendidas a ninguém. Foi graças ao incentivo de seu irmão Theo e a sua cunhada Gezina que Van Gogh pôde pintar seus quadros sem abdicar de seu estilo e de sua verdade. Infelizmente, a consagração e a valorização do seu trabalho só chegaram depois da morte do artista. A obra desse grande mestre influenciou a Arte Moderna e segue causando admiração de especialistas, de leigos, de colecionadores e de outros artistas.

Há quem diga que a posteridade se

¹ Sofia Fernandes é artista visual e arte educadora.



“Barcos no Mar”, Van Gogh , 1888
responsabiliza em dar o valor merecido a gênios como Van Gogh, independentemente do quão desprezado o artista tenha sido por seus contemporâneos. Enquanto Van Gogh se decepcionava a cada NÃO que recebia do métier das Artes, quantos pintores bem comportados com suas obras previsíveis eram reverenciados, agraciados e bem remunerados? Onde foram parar os nomes e as obras desses ex famosos depois que o século XIX terminou?

Será que a História sempre faz esse papel de justiceira? Será que ao longo do tempo o joio se separa do trigo assim naturalmente? Ou o caso Van Gogh é uma belíssima exceção bem como

a vida de Mozart retratada no filme “Amadeus” de Milos Forman?

Na realidade, diante de tantos NÃOs , milhares de artistas, que mesmo seguindo os valiosos conselhos do poeta Rainer Maria Rilke, têm ficado pelo caminho, sem conseguir a gravação de suas músicas, a publicação de seus livros, a produção de seus filmes, a encenação de suas peças e a exposição de seus trabalhos.

O Caso Duchamp

O artista francês Marcel Duchamp provou por duas vezes o gosto desagradável da censura de seus pares da



“Fonte”, Marcel Duchamp, 1917

vanguarda do século XX. Ele teve sua pintura “O Nu Descendo uma Escada” recusada no Salão dos Independentes de Paris em 1912. Quiçá os organizadores quiseram evitar o escândalo que, em outras exposições, a pintura suscitou. Afinal, Duchamp dessacralizou o nu artístico quando levantou a mulher nua da tradicional pose lânguida e passiva e retratou-a em movimento. Hoje essa atitude parece banal, mas na época não foi, tanto que pessoas, antes mesmo de ver o quadro, já criticavam o título da obra. Em 1916, em outra exposição dos Independentes, o artista teve seu ready made “A Fonte” vetado da mostra ao público, a obra ficou escondida atrás de umas divisórias da galeria. Mas Duchamp a resgatou e com ela quebrou todos os paradigmas da Arte de então.

Para Duchamp a obra de arte só tem frescor na época em que é feita. Ele

dizia que uma pintura ou uma escultura ao final de alguns anos morre, como o artista que a fez e o que vem em seguida é chamado de história. Sob essa perspectiva, arte e vida são um conjunto onde uma dá sentido a outra, mas a história está fora porque ela é feita do que já morreu.

“A História da Arte é uma coisa bem diferente da Estética. Para mim, História da Arte é o que restou de uma época em um museu, mas não necessariamente o melhor desta época, e, na verdade, pode ser até a expressão da



“Nu Descendo uma Escada n.º 2”,
Marcel Duchamp, 1912
Museu de Arte da Filadélfia



Sobreviventes, Käthe Kollwitz, gravura

sua mediocridade, porque as coisas belas desapareceram, o público não quis guardá-las. Mas isto é Filosofia...” (Marcel Duchamp: *Engenheiro do Tempo Perdido*” Pierre Cabanne, ed. *Perspectiva*, 1987)

CENSURA CAPITALISTA

Em uma situação hipotética, com moradores fictícios de uma cidadezinha imaginária, o grupo de teatro local pretende montar dois espetáculos: o primeiro é sobre o cotidiano do seminário recém inaugurado nos arredores e o segundo é sobre a vida da cafetina mais antiga da região. A trupe sai então em busca de patrocínio na padaria do Seu Totonho e no Bazar da Dona Maricota. Os comerciantes se dispõem a dar uma ajudinha para a peça sobre os seminaristas, mas quanto a outra, eles rechaçam a ideia de ter o nome do empreendimento deles vinculado a um espetáculo imoral. Dona Maricota e Seu Totonho não estão interessados no talento dos atores, na competência do

diretor, na qualidade do texto, nem sobre qual dos dois temas causaria maior interesse do público: a paz espiritual na clausura ou os segredos de alcova.

No Brasil, as instituições e as empresas patrocinadoras de cultura agem tal qual dona Maricota e Seu Totonho. Para eles não importa a força da obra de arte a ser contemplada com dinheiro deles, o que conta é o parecer de seus respectivos departamentos de marketing quanto ao retorno seguro para a imagem do mecenas. Segurança, retorno certo, previsibilidade, ou seja, o patrocínio só é concedido para mais do mesmo. Nada de questionamentos inquietantes, nada que abale o que já está naturalizado, nada de críticas veementes, nada de cutucar totens e tabus, enfim, sem chance para a ousadia nem para o experimentalismo.

Não seria mais justo que a política pública para a cultura tivesse um sorteio? Sim, uma loteria, onde o filme, o livro, a peça, a performance e a coreografia ganhadores do prêmio não fossem submetidos ao crivo de nenhum marqueteiro, acadêmico ou burocrata. Talvez assim, algo dissonante, algo inesperado pudesse despontar de um panorama mais diversificado e de criações artísticas mais livres.

Diante da barreira quase intransponível da falta de grana, um caminho para viabilizar trabalhos artísticos, tem sido unir-se em coletivos ou cooperativas para produzir festivais, exposições, mostras, coletâneas... o importante é sempre criar movimento, desengavetar

projetos, trocar figurinhas e fundamentalmente, não se calar.

CENSURA FACÍNORA

Por que estados totalitários se preocupam tanto em calar os artistas?

O que há de tão perigoso na Arte?

George Braque, pintor e escultor cubista, dá uma pista com sua memorável frase: “A Arte é feita para perturbar, a Ciência tranquiliza”

O expressionismo surgiu na Alemanha no início do século XX, e representava o sentimento daquela sociedade devastada com a miséria, a destruição e o desamparo provenientes da guerra e da decadência econômica. Com a ascensão de Hitler na Alemanha e em meio as inomináveis atrocidades cometidas pelo nazismo, a arte neoclássica foi enaltecida por representar a grandeza, pureza e beleza dos ideais arianos, enquanto as obras expressionistas foram expurgadas, pisoteadas, incendiadas e ridicularizadas. Os artistas pertencentes a qualquer movimento de vanguarda que não conseguiram fugir foram exterminados.

Stalin, no seu delírio de czar, impôs que a arte russa fosse exclusivamente propaganda das conquistas da revolução. Os artistas que ousassem expressar sentimentos individuais, expressar dúvidas ou críticas diante da realidade dura vivida pela população eram considerados inimigos públicos, e como tais, eram ameaçados, torturados, aprisionados ou eliminados.

*Nem os meus versos escapam à censura:
São interditos, sob pena de tortura.
Classificaram-nos como bebida
Espirituosa: “venda proibida”.*

Maiakóvski

Franco, com a ajuda da igreja católica, esmerou-se em reprimir com violência qualquer manifestação de arte que estivesse em desacordo com a moral cristã ou com a ditadura franquista que assolou a Espanha. Além de destruir cidades e vilarejos, matar homens, mulheres e crianças, foi sob as ordens de Franco que um dos maiores dramaturgos do mundo, Garcia Lorca, foi fuzilado por suas convicções políticas. E não somente fuzilado. Foi fuzilado de costas por ser homossexual.

*El teatro es poesía que se sale del libro
para hacerse humana. Y al hacerse
humana habla y grita, llora y se
desespera.*

Lorca

Pinochet, o sanguinário ditador, tocou o terror no Chile durante longos dezessete anos. Muitas pessoas torturadas, desaparecidas e assassinadas pelo Estado subserviente aos EUA. Os artistas eram os alvos prediletos do ditador: a brigada muralista, movimento de arte de rua que envolvia artistas e público

colorindo os muros da cidade com desenhos, poemas, e claro, frases de protesto, teve seus participantes fuzilados em frente aos muros em plena luz do dia. O poeta e músico, Victor Jara, artista de muito prestígio e pesquisador da canção popular chilena, foi preso e depois cruelmente morto, seu corpo foi encontrado na rua todo marcado, ensanguentado, com ossos quebrados e as mãos amputadas. Pablo Neruda, poeta consagrado mundialmente, era odiado, vigiado e perseguido. A polícia estatal tentou de tudo para impedir que Neruda se comunicasse com seus inúmeros amigos no exterior, nada adiantou, o poeta denunciou ao mundo o horror em que seu país estava mergulhado. E até o dia da sua misteriosa morte, Pablo Neruda escreveu poesia.

*Eu não me calo.
Eu preconizo um amor inexorável.
E não me importa pessoa nem cão:
Só o povo me é considerável,
Só a pátria é minha condição.
Povo e pátria manejam meu cuidado,
Pátria e povo destinam meus deveres
E se logram matar o revoltado
Pelo povo, é minha Pátria quem morre.
É esse meu temor e minha agonia.
Por isso no combate ninguém espere
Que se quede sem voz minha poesia.*

Pablo Neruda

A ditadura militar no Brasil foi responsável por atos violentos contra a população que até hoje nos assombra. A censura oficial a imprensa e às artes foi uma ferramenta útil para encobrir os desmandos, as falcatuas e os fracassos do governo, deixando espaço para a uníssona versão do país ordeiro, cristão e feliz que tanto agradava aos patrocinadores do golpe de Estado: a elite brasileira e o governo dos EUA.

Nos vinte anos em que os militares estiveram no poder, incontáveis obras de arte foram abortadas e inúmeros artistas foram perseguidos, presos, torturados, exilados ou assassinados pelo regime. Mas a resistência a essas práticas brotava e crescia em todas as categorias profissionais e em todos os cantos do país, a classe artística também desempenhou um papel bonito, digno e corajoso nessa luta histórica.

CENSURA OBSCURANTISTA

Segundo o Observatório de Censura à Arte, site que traça um mapa e denuncia casos recentes de censura a artistas, as tentativas de proibir que obras cheguem ao seu público vem carregadas de machismo, racismo e predominantemente LGBTQIA+fobia. Prefeitos, secretários, grupos de pais, diretores de escolas, grupos religiosos calçam as botas de ditadores e usam o mesmo discurso de preservar a moral e os bons costumes para coibir a liberdade dos artistas e do público.

Eis alguns exemplos medievais em

pleno século XXI:

Em 2024, A peça destinada á crianças de 0 a 4 anos acompanhadas dos seus responsáveis, “Cuco, a linguagem dos bebês no teatro” sofreu pressão do grupo de whatsapp “Pais Atentos” e a prefeitura de Ivoti-RS cancelou o espetáculo em cartaz, alegando proteção física do elenco.

Durante a Semana Literária de Alfenas — MG em 2022, a oficina de quadrinhos, ministrada pelo desenhista Guilherme Infante, foi suspensa após um grupo de moralistas cristãos acusarem o artista de levar o satanismo para as crianças.

Também em Minas Gerais, na cidade de Conselheiro Lafayete, em 2024 houve uma tentativa de retirar das escolas da cidade o livro de literatura infantil “O Menino Marrom” do Ziraldo.

A prefeita de Canoinhas - SC postou um vídeo em 2024, onde ela joga livros infanto juvenis das bibliotecas escolares na lata de lixo, dizendo que está preservando valores morais e pede que os outros prefeitos usem um pente fino na escolha de livros para crianças e jovens de suas cidades.

Em 2024, em Recife, 40 Grafiteiros levaram prensa da polícia durante a Mostra coletiva de Arte Urbana que acontecia em uma propriedade particular e com anuência do dono do imóvel. Os artistas foram obrigados a se enfileirar com as mãos no muro, onde foram revistados como se fossem bandidos e ainda tiveram seus sprays de tintas apreendidos.

Na Bienal do Livro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro, o prefeito ordenou aos organizadores do evento o recolhimento imediato de todos os exemplares da História em Quadrinhos da Marvel, “Vingadores, a Cruzada das Crianças” porque em uma página do livro contém a imagem de um beijo entre dois meninos adolescentes. Os fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública percorreram todos os estandes da feira em busca de livros de temática LGBTQIA+ para também serem recolhidos. Os organizadores do evento receberam o recado de que o alvará de funcionamento seria suspenso, caso eles se recusassem a cumprir as ordens do prefeito.

O contra ataque foi imediato e muito eficaz: antes do retorno dos fiscais, todos os exemplares já tinham sido vendidos, o público ficou curioso pela HQ e os livreiros ávidos por deixar a patrulha cair no ridículo e sair de mãos abanando. No mesmo dia, venho a liminar do TJRJ calando a boca do prefeito ao ressaltar que no Brasil beijo não é crime, mas homofobia é.

Em 2022, no MAM de São Paulo, aconteceu a performance do artista Wagner Schwartz intitulada “La Bête”. O trabalho faz uma clara referência a aclamada obra de Lygia Clark “Os Bichos”, esculturas feitas de chapa de metal ligadas com dobradiças e o público, ao manuseá-las, buscava formatos similares a animais, tais como sapos, pássaros, etc. Já na performance de Schwartz, o bicho era ele mesmo, dispondo seu corpo nu ao público, como obra viva. O evento

transcorria em um ambiente tranquilo, descontraído e cheio de risadas, quando uma menina, acompanhada de sua mãe, toca na perna do artista e também ri. Pronto! O esquadrão da moral e dos bons costumes já faz aquele alarde para proibir a performance, fechar o museu e até tirar da mãe a guarda de sua filha. Fosse o artista uma mulher e fosse a criança um menino acompanhado de seu pai, será que a sirene moralista faria tamanho alvoroço?

O livro “Olhos d’Água” de Conceição Evaristo foi motivo de afastamento da professora que o indicou para alunos do ensino médio de uma escola particular em Salvador. As famílias dos adolescentes acharam a linguagem imprópria e a narrativa violenta, até mesmo os alunos corroboraram com a censura ao livro, alegando que o tema não aborda questões que dizem respeito a eles.

Como assim, o racismo não é um tema pertinente para discussão em sala de aula? Como assim uma professora é afastada por levar a questão mais importante do país para que adolescentes privilegiados enxerguem o grau de violência e injustiça a que são submetidos outros, também, jovens brasileiros? Infelizmente, não é de hoje que a educação no Brasil segue o script de negar boas oportunidades aos jovens de classes populares e poupar a jovens ricos leituras críticas acerca da realidade. Essa dinâmica cruel e injusta tem consequências catastróficas.

“O objetivo da educação totalitária nunca foi incutir convicções, mas destruir a capacidade de formar alguma.”

Hannah Arendt

Ao longo da história houve inúmeras ditaduras e, infelizmente, muitas outras virão, mas todas têm um prazo de validade, enquanto a Arte não se limita a tempo nem espaço. Se um dia calaram Victor Jara, o som dos violões seguirão ecoando nas Cordilheiras do Andes, assim como “Bodas de Sangue” continuará sendo aplaudida em todas as línguas e os poemas de Maiakovski, Neruda e outros tantos sempre terão o poder de traduzir a essência de ser gente. A Arte consegue ampliar a vida e criar outros horizontes infinitamente.

“Somente pela Arte podemos sair de nós mesmos, saber o que um outro vê desse universo que não é o mesmo que o nosso e cujas paisagens permaneceriam desconhecidas para nós quanto as que podem existir na lua. Graças à Arte, em vez de ver um único mundo, o nosso, vemo-lo multiplicar-se, e quantos artistas originais existirem tantos mundos teremos a nossa disposição, mais diferentes uns dos outros do que aqueles que rolam no infinito e, muitos séculos após ter se extinguido o foco do qual emanavam, ainda nos enviam seu raio especial.”

Marcel Proust
(O Tempo Redescoberto).

LIBERDADE E REVOLUÇÃO

*Rojda Dandara, Rojava*¹

Quem sabe um dia o espírito de Liberdade curda não penetre no coração de todas e todos?

Trabalhar para uma revolução anti-imperialista e radicalmente democrática e viver na contramão de uma Liberdade programada pelo pensamento neoliberal, para muitos, é como se fossemos seres rebeldes e negligentes que se recusam a seguir ordens por motivos pessoais.

Porém, independente da maneira como essa palavra é usada para nos definir, escutá-la me enche de esperança, pois ela carrega em si uma conotação positiva por se referir às pessoas que desafiam a autoridade e a ordem estabelecida por um sistema opressor, autoritário, estatista e colonial e buscam a criação de um outro modo de vida, respeitando a diversidade étnica, cultural e

combatendo a desigualdade.

Essa visão pode ser encontrada entre artistas num pequeno grupo de teatro onde a transgressão de normas leva a criatividade e a mudança de um padrão organizacional.

Mas aqui, na revolução de Rojava, esse espírito não está presente apenas nas artes ou nos movimentos políticos de extrema esquerda, está presente nas organizações sociais, econômicas e políticas: está presente dentro de cada casa que mantém a porta da frente aberta para a vizinhança, de cada cooperativa que produz o trigo, dentro dos bairros que se auto organizam em assembleias populares, nas rígidas estruturas militares de auto defesa, nos debates políticos de grande participação feminina, nas academias de educação popular. A luta por uma liberdade que nasce de dentro

¹ Rojda Dandara é brasileira. Em 2022, como internacionalista, foi para Rojava e desde 2023 trabalha com o estúdio de música Hunergeha Welat

para fora se inicia com o nascer do sol, quando o cay (chá típico do Curdistão), o must (iogurte), o ovo, o pão, o zatar, o azeite são postos na mesa e compartilhados por todos ao mesmo tempo.

Uma noção de cultura comunitária, onde o espaço pertence a todos, e todos vivem de acordo com ele, sem que ninguém fique com menos ou mais. Uma vida simples, que preza o não acúmulo, que preza o compartilhamento e a transformação individual numa vida comunal.

A verdade do povo curdo que ama uma vida comunitária e democrática, põe em prática um projeto político e social que visa a liberdade e a independência, para que o destino dos povos não seja determinado pela ideologia neoliberal e pelas forças capitalistas modernistas e seus colaboradores que

alimentam um sistema genocida a 6.000 anos.

Estar aqui defendendo essa luta, dá à palavra rebeldia uma conotação extremamente positiva de liberdade e poesia, pois desconstrói o individualismo, a covardia e a falsa ideia de liberdade pregada pelo capitalismo.

Infelizmente, permitimos que a direita neoliberal dominasse o significado da palavra liberdade e não fomos rebeldes o suficiente para nos reorganizarmos e resistirmos contra uma ideologia que define liberdade como autonomia individual. Hoje, tanto a direita como uma parcela grande da esquerda usufruem dessa mesma ideologia: uma intenção planejada de quebrar o poder coletivo e encorajar as pessoas a desejarem cada vez mais e pensarem em si mesmas apenas como indivíduos.





O espírito coletivo foi substituído pela competição, pelo consumo e acúmulo de dinheiro. E o fim da generosidade para uma perspectiva egoísta, gananciosa e criminoso. Quantos povos não tiveram sua identidade, sua história, sua língua, sua cultura apagadas?

Os curdos afirmam sua existência por meio da rebeldia, da luta e resistência. Mulheres, homens, jovens regaram e cultivaram as raízes da identidade curda com o seu sangue, alcançando assim, todos os cantos do mundo. Por isso, saudamos e lembramos de cada mártir com gratidão.

O povo provou que a liberdade, a existência e a identidade estão na luta contra o invasor e uma ordem imposta. Pois a luta fortalece o senso de coletividade, a esperança e a memória. Por

isso, nas montanhas do Curdistão e em Rojava a prática de desobediência contra o invasor e a ideologia neoliberal são constantemente postas em prática.

E essa luta atingiu um nível liderado por mulheres guerrilheiras e civis onde os homens curdos, em particular, viram-se obrigados a estabelecer uma nova ideia de liberdade, igualdade e solidariedade em relação à mulher. Ou seja, uma nova vida baseada no amor verdadeiro e no respeito.

Aqui, para os povos que desejam se libertar, o paradigma de uma sociedade ecológica, participativa e da liberdade das mulheres tornou-se uma forte esperança.

Saudações e Liberdade ao líder Apo.

A LIBERDADE EM VESTES FEMININAS

Samantha Lodi

Tema de músicas, poesias e tratados. Representada em palcos e telas, quadros e esculturas, a Liberdade, normalmente corporificada em mulher, ainda é um termo polissêmico.

Desde a antiguidade a “*eleutheria*” (ελευθερία) entra em debate. O seu amplo significado, as interpretações de cada filósofo, sua aplicação aos diferentes grupos sociais. *Libertas* está no contexto político, nas relações pessoais e foi adorada como divindade. Também já foi a possibilidade de escolher entre o bem e o mal em busca de uma elevação espiritual medieval.

Na modernidade o conceito de liberdade começou a ter contornos mais individuais e, é justamente o momento histórico, em que surge a terrível escravização de povos a partir da exploração europeia. Povos originários foram escravizados enquanto passavam pelo genocídio colonialista, povos africanos

forçados a uma diáspora para serem comercializados e escravizados. O debate sobre liberdade era profícuo entre os europeus e estava centrado suas próprias figuras, pois suas práticas implicavam a hierarquização étnica, submetendo aos seus caprichos aqueles que consideravam inferiores.

Aos famosos tratados iluministas uma variedade de posicionamentos pretende criar uma nova sociedade, com base no direito natural, configurando a representação de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A Revolução Francesa (1789-1799) busca concretizar essa sociedade, mas deixa claro seus limites. Essa liberdade não seria tão igual e fraterna como se pretendia. Não anseio assinalar os diversos aspectos e setores da liberdade em nossa contemporaneidade. Para essa breve reflexão que espero trazer somente uma ponderação sobre questão das mulheres e a liberdade.

Ainda nos primeiros anos revolucionários, entende-se rapidamente que as mulheres estariam fora dos direitos pelos quais lutaram. A dramaturga Olympe de Gouges observou a exclusão feminina na participação política e satirizando o mais aclamado documento revolucionário redigiu “A Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã” (1791). Seu tom de denúncia proponha que a revolução fosse completa, mas ela foi “julgada” e assassinada sob acusação de monarquista. Mary Wollstonecraft no mesmo período publicou “Reivindicação dos Direitos da Mulher” (1792) reclamando os direitos femininos. Outros estados que se inspiraram na proposta francesa, seguiram os mesmos passos de exclusão feminina, além de manterem a escravização colonial como uma prática.

Coube à mulher, desse então, lutar por seus direitos e seus espaços, cada qual de acordo com suas crenças, seus posicionamentos políticos, interesses privados, seus desejos e suas possibilidades. Educação, profissionalização, salários iguais, escolher os próprios caminhos, casar ou não, divorciar, poder ir e vir; viver como quiser.

Entre progressistas, socialistas, comunistas e anarquistas, grupos se organizaram e exigiram seus direitos e espaços. Foram muitos nomes femininos que alicerçaram movimentos, que se manifestaram por escrito, que declamaram em barricadas ou nas portas das fábricas, que organizaram greves. A mesma Liberdade representada desde

tempos remotos com aparência feminina era negada à mulher.

Por entre as lutas pela Liberdade feminina encontramos os posicionamentos das anarquistas, o que mais diretamente nos interessa. Para elas, como para todo o movimento, não havia qualquer relação entre voto e liberdade, o sufrágio era direito inútil, “oração aos deuses surdos”, incapaz de qualquer transformação social, como afirmou Louise Michel:

Pois bem, os boletins de voto destinados a serem levados pelo vento com as promessas dos candidatos não valem mais que as lanças contra os canhões. Pensais, cidadãos, que os governantes permitiriam os boletins se vós os pudésseis utilizar para fazer uma revolução?

O vosso voto é a oração aos deuses surdos de todas as mitologias, qualquer coisa como o mugido do boi presentindo o açougue. É preciso ser muito estúpido para ainda acreditar nisto, assim como não é preciso estar desgostoso para ter ilusões sobre o poder. Vê-lo em acção é revelador. (Louise Michel, 2023, p. 95)

Louise Michel defendeu a liberdade em sentido amplo, por isso, figura em seus textos e discursos, como em sua defesa em 1883, depois de ser acusada de organizar uma manifestação de desempregados por “Trabalho ou Pão”, juntamente com Émile Pouget, na oca-

sião que ostentou pela primeira vez a bandeira negra:

Falaram-nos de liberdade: há a liberdade de expressão com cinco anos de degredo no horizonte. Para a liberdade de reunião é a mesma coisa. Em Inglaterra, a reunião ter-se-ia feito; em França, nem foi preciso ler as intimações da lei para evacuar a multidão que partiu sem resistência.

O povo morre de fome e nem sequer tem o direito de dizer que morre de fome. Pois bem, eu, peguei na bandeira negra e fui dizer que o povo está sem trabalho e sem pão. Eis o meu crime; vós o julgareis como quiserem. (Louise Michel, 2023, pp. 63 – 64)

Lucy Parsons, em sua militância, apontava propostas de Liberdade em seus textos como em “Eu sou uma anarquista” (1886):

Mas a bandeira vermelha, a horrível bandeira vermelha, o que isso significa? Não que as ruas devam estar cheias de sangue, mas que o mesmo sangue vermelho corre nas veias de toda a raça humana. Significava a irmandade do homem. Quando a bandeira vermelha flutuar sobre o mundo, os ociosos serão chamados ao trabalho. Haverá o fim da prostituição para as mulheres, da escravidão para o homem, da fome para as crianças.

A liberdade foi batizada de

anarquia. Se esse veredicto for cumprido, será a sentença de morte da liberdade dos Estados Unidos. Você e seus filhos serão escravos. Você terá liberdade se puder pagar por ela. Se esse veredicto for cumprido, coloque a bandeira de nosso país a meio mastro e escreva em cada dobra “vergonha”. Que nossa bandeira seja arrastada na poeira. Que os filhos dos trabalhadores coloquem louros na testa desses heróis modernos, pois eles não cometeram nenhum crime. Quebrem os grilhões. Pão é liberdade e liberdade é pão. (Lucy Parsons, 2023, p.47)

Ao dissertar sobre exclusivamente sobre o tema em “O significado da Liberdade” (1905) opõem-se a exploração do trabalho:

Acesso livre a todas as forças produtivas e distributivas irá, sozinha, libertar as mentes e corpos dos homens. Há algumas coisas que não têm preço. Entre elas estão a vida, liberdade e felicidade e essas são coisas as quais a sociedade do futuro, a sociedade livre, garantirão para todos o retorno de algumas horas de trabalho por dia. Quando o trabalho não mais estiver à venda, a sociedade produzirá homens e mulheres livres que pensarão livremente, agirão livremente e serão livres. Crime e criminosos fugirão de tal sociedade porque o incentivo para o crime não mais existi-

rá. (Lucy Parsons, 2023, p.101)

Emma Goldman em “Patriotismo: uma ameaça à liberdade” aponta a formação nacionalista-patriótica como um empecilho à liberdade. A noção de superioridade nacional, de “ser um escolhido” leva à ideia de submissão do inferior. Para a consolidação do discurso vem a proposta de militarização, formação de exércitos de diferentes países que têm as mesmas premissas. Formam-se guerras, disputas que dizimam a população mais pobre que é jogada nas fileiras militares em busca de salários para a sobrevivência.

Nós, americanos, dizemos amar a paz. Parece que detestemos verter sangue, que nos opomos à violência. E, contudo, pulamos de júbilo quando aprendemos que máquinas voadoras poderão lançar bombas recheadas de dinamites sobre cidade sem defesa.

Estamos prontos a enforcar, eletrocutar ou linchar toda pessoa que, levada pela necessidade econômica, arriscar sua própria vida atentando contra a vida de um magnata industrial. No entanto nossos corações inflam-se de orgulho ao pensarmos que a América se tornará a nação mais poderosa da Terra, e esmagará com suas botas as outras nações.

Tal é a lógica do patriotismo. (pp.69-70)

[...]

Uma vez que tivermos desvelado a mentira patriótica, teremos aberto o caminho para o advento da grande estrutura em que todas as nacionalidades se unirão numa fraternidade universal: uma sociedade autenticamente livre. (Emma Goldman, 2007, p. 77)

Volteirine de Cleyre, em 1890, fez uma conferência sobre “Servidão Sexu-



al” que foi posteriormente publicado e republicado em periódicos e livros, na qual enfatiza o lugar da mulher na sociedade e sua situação de servidão dentro da ‘lei do casamento’. Ela grita contra o cárcere do casamento, contra a tirania da relação matrimonial e as violações dentro do casamento - uma vez que era considerada uma obrigação feminina. Que a mulher reflita e se questione: porque é tratada como inferior ao homem? Volteirine argumenta que a união Igreja e Estado, garantem o discurso de ideia divina e autoritário poder supremo, reforçando a supremacia masculina. Aliás, surpreende-se ao afirmar que mesmo nos meios anarquistas encontrou a ideia de ser “proprietário” da família, fato que indica precisamente o lugar inferior da mulher. Somando-me à Volteirine afirmo que mais de 135 anos depois, não conseguimos eliminar completamente os discursos misóginos em nossos meios libertários.

Agora a solução. Está numa palavra, a única palavra que alguma vez trouxe equidade em todo o lado – LIBERDADE! Séculos após séculos de liberdade é a única coisa que causará a desintegração e a decadência destas ideias pestilentas. A liberdade foi a única coisa que aquietou as vagas sengrentas da perseguição religiosa! Não podeis curar a servidão com outra qualquer substituição. Não está nas vossas mãos afirmar que “desta forma a espécie

pode amar. Deixem a espécie em paz. (Volteirine de Cleyre, 2019, pp.51-52)

Em 1894, Volteirine publicou “A igualdade política da mulher” e apon- tou as falácias dos direitos naturais, da liberdade e da busca pela felicidade como elementos disponíveis à mulher. De forma ilustrativa usa dois exemplos, o primeiro uma ovelha, que deveria ter seu direito garantido, mas que lhe é negado pela sociedade que a domestica e a devora, e o segundo é o trabalhador desempregado que tem o direito de comer, mas não pode pagar pela comida na sociedade capitalista.

Maria Lacerda de Moura ecoa aqui no Brasil ao lado de outras anarquistas que exigiam direitos e Liberdade. Desde a liberdade sexual, como o direito de amar sem se reproduzir, e do amor livre, para viver com quem e como quiser; até o reconhecimento de sua intelectualidade e criatividade, características que não têm qualquer relação com sexo. “A mulher foi condenada à prisão perpétua, sob o pretexto de que a emancipação feminina é a causa da destruição do “lar sagrado”. A instituição da família é baseada na ignorância calculada da mulher, no servilismo, na escravidão feminina” (Maria Lacerda de Moura, 2022, p.29)

Maria Lacerda fala de Liberdade para as mulheres em todos os sentidos: educacional, social, cultural, emancipatória. Receosa com o feminismo burguês, deixa claro que a mulher também

tem o direito de fazer as mesmas bobagens que os homens, entretanto, pequenas conquistas noticiadas como conquistas feminismo não a interessava. A sociedade dos anos 1930 aceitava uma moral para cada sexo, na qual a mulher era seduzida, desonrada e desgraçada. A igreja, o estado e seus aparatos da ordem garantiam um lugar oficial e inferiorizado à mulher. (Maria Lacerda, 2022)

Em 2025 superamos essa dupla moral? Legalmente conquistamos os mesmos direitos masculinos no Brasil somente na Constituição de 1988. Na prática ainda sofremos discriminação e julgamentos diferenciados, ou seja, ainda há uma moral para cada sexo em nosso cotidiano.

Histéricas, loucas, que sofrem com os hormônios, se não se dedicam aos cuidados e estereótipos que se espera do feminino são grossas, mal-amadas etc. A sociedade tanto não entendeu os direitos das mulheres que leis complementares foram criadas para assegurar seus direitos, como mais básico de todos que é à vida, por isso, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei contra o Feminicídio (Lei 13.114/2015). No ano passado o Brasil registrou oficialmente 1492 feminicídios e 3870 tentativas. E aqui entra um dado importante, 63,6% das vítimas são mulheres negras,

70,5% na faixa etária entre 18 e 44 anos, de cada 10 mulheres mortas, 8 foram assassinadas por um companheiro ou ex-companheiro e 97% dos assassinos são homens¹. Os números são altos e evidenciam a misoginia de nossa sociedade.

Fato é que ainda não superamos os impedimentos à liberdade das mulheres. Ainda nos deparamos com uma sociedade patriarcal, misógina e racista que se ancora na exploração e discriminação. Assim como no caso do racismo, que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista, coloco que não basta não ser machista, é preciso ser “anti-machista”, combater o patriarcado e a misoginia no macro e no microcosmo social.

Somos nós mesmas responsáveis pela nossa Liberdade, neste sentido, estabelecer laços de solidariedade nos leva além, quebra a solidão de viver a misoginia cotidiana. A lógica neoliberal estimula a individualidade e a competitividade, incita o egoísmo na cultura capitalista. Essa lógica precisa ser rompida com os laços de sororidade e na construção de uma sociedade que tenha por base a filoginia².

É o amor às mulheres, às suas produções e suas diferentes escolhas que vai permitir que a Liberdade, que desde a antiguidade apresenta-se em vestes fe-

¹ Dados retirados do: Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1. 2006 – São Paulo: FBSP, 2025. 434 p.: il.

² Para saber mais sobre filoginia ver: RAGO M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. São Paulo Perspec [Internet]. 2001jul;15(3):53–66. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300009>

mininas, efetivamente possa existir para essa metade da população.

Saúde e anarquia!
Samantha Lodi

Referências:

CLEYRE, Voltairine de. *Escrito(s) a vermelho*: antologia de textos escolhidos. Lisboa – Portugal: Barricada de Livros, 2019

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o estado, e outros ensaios*. (Tradução e organização: Plínio Augusto Coêlho) São Paulo: Hedra, 2007.

MICHEL, Louise. *De luto em luta*. (coordenação: Samantha Lodi) Lisboa – Portugal: Barricada de Livros, 2023.

MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliqueis*. São Paulo: Chão editora, 2022.

PARSONS, Lucy. *Mais Perigosa que Mil Manifestantes: uma coleção de textos por Lucy Parsons*. (Tradução: Escurecendo o anarquismo) Rio de Janeiro, RJ: 2023.



ANARQUISMO, LIBERDADE, EDUCAÇÃO

Sílvio Gallo ¹

*Este texto é dedicado
a Jaime Cubero, com quem
aprendi o que significa ser
anarquista.*

O anarquismo, a um só tempo filosofia social e política e movimento de transformação social, esteve sempre estreitamente comprometido com a liberdade de cada um e de todos. Esta ação, desde as origens do pensamento anárquico e do movimento anarquista, foi atravessada pela convicção de que os processos educativos são de fundamental importância para que a vivência e a prática da liberdade sejam possíveis.

Porém, outras correntes do pensamento político-social moderno também colocaram acento na liberdade. É o caso do liberalismo, que desde o século XVII defende que a liberdade deva ser o fundamento da sociedade. Este movimento

passou por transformações, acompanhando as mudanças históricas, sendo hoje identificado como neoliberalismo. Também no pensamento liberal – e neoliberal – a educação desempenha papel fundamental para suas ações sociais. Por essa razão, é de grande importância termos em mente que os conceitos de liberdade que instituem pensamentos e práticas anarquistas e pensamentos e práticas liberais e neoliberais são muito distintos. E, por decorrência, os pensamentos e práticas educativos nas duas vertentes são também muito diferentes. Minha intenção neste texto é contribuir para tornar essas diferenças compreensíveis.

Começemos, então, pelos liberais. Pelo menos desde John Locke, filósofo inglês do século XVII que se insurgiu contra o absolutismo, a liberdade é compreendida por esta vertente política

¹ Professor aposentado, atua junto ao LIMA – Laboratório Insurgente de Maquinarias Anarquistas.

como um atributo de cada indivíduo. Segundo ele, a liberdade é um atributo natural de todo ser humano. Ele foi um dos pensadores que instituíram a ideia de “estado de natureza”, hipótese para pensar a vida coletiva humana antes da instituição da sociedade, que seria feita através de um contrato social, isto é, de um livre acordo dos indivíduos, criando o Estado como instância política para garantir os direitos de cada um e de todos. No estado de natureza, segundo Locke, os humanos gozavam de plena liberdade de ação. Todos os indivíduos seriam livres e iguais, sendo governados apenas pela lei da natureza, que, para ele, é a razão.

Neste estágio, a terra, criada por deus, é de todos; cada um que tome para si um pedaço de terra e o transforme com seu próprio trabalho, faz desta terra uma propriedade sua, legitimamente constituída. Os problemas começam quando aparecem os primeiros conflitos de propriedade, um indivíduo atacando outro pela posse da terra. A lei natural já não dá conta deste conflito e se faz necessária a criação de uma ordem jurídica e social que garanta o direito de propriedade de cada um, sem interferir na liberdade natural que cada um goza. Institui-se o Estado. Ele é necessário para garantir que cada um possa ser livre e ter suas posses, garantindo a paz e a tranquilidade de todos.

No século seguinte, outro filósofo se destaca: Jean-Jacques Rousseau, o genebrino que viveu a maior parte de sua vida na França. Ele segue na esteira de

Locke, defendendo enfaticamente uma liberdade natural de cada indivíduo, embora divirja em alguns aspectos do seu pensamento social. A crítica feita por Rousseau à sociedade da época é contundente e radical. Tornou-se célebre sua afirmação de que embora todo ser humano nasça livre, a sociedade, corrupta, o acorrenta e o corrompe; daí a necessidade de se refazer o contrato social, para que este seja a instituição de uma sociedade que, de fato, garanta a liberdade e a expressão da vontade de todos.

Embora Locke também tenha se dedicado a pensar a educação das crianças, Rousseau foi bem mais enfático neste ponto. Crítico radical da corrupção social, propôs que o processo educativo deveria ser realizado tirando a criança, desde muito pequena, do convívio social, para que ela não fosse corrompida. Deveria ser educada em meio à natureza, acompanhada apenas por um preceptor, de modo a poder desenvolver seus impulsos naturais, aprendendo com as coisas e com o mundo. Concluída sua formação, ali por volta dos 25 anos de idade, poderia voltar a conviver em sociedade, pois já não seria passível de corrupção e exerceria um efeito benéfico na regeneração social. Esta educação rousseauiana, considerada escandalosa na época do lançamento de seu livro *Emílio*, ou da educação (1762), que foi queimado em praça pública, seria identificada como uma “educação negativa”. Negativa porque não se trataria de guiar os passos

da criança, impondo-lhe de fora um caminho a seguir, mas sim acompanhar seus passos, permitindo que afluíssem seus instintos e ideias, que sua liberdade natural fosse exercida plenamente e que ela pudesse vir a ser aquilo que é, não aquilo que esperam dela.

Essas ideias de uma educação pela liberdade propostas por Rousseau influenciaram muitos anarquistas que se dedicaram à educação desde o século XIX, e segue influenciando ainda hoje. Porém, considero que os anarquistas seguirem os passos de Rousseau é um tremendo equívoco e explicarei adiante a razão. Ele pode, sim, ser uma fonte de inspiração, podemos tirar de sua obra algumas propostas educativas interessantes, sem dúvida, mas uma educação rousseauiana está muito longe de uma educação anarquista, exatamente porque os projetos políticos são distintos. Rousseau, apesar de sua crítica dura à sociedade da época e de antecipar algumas ideias que seriam caras ao socialismo, segue sendo um filósofo liberal, um pensador da liberdade como característica do indivíduo. Pode ter avançado em relação a Locke e a outros filósofos liberais, mas não deixou para trás essa perspectiva de pensamento social e político.

Ainda em meados do século XIX, os anarquistas produziram outra concepção de liberdade. Proudhon, ainda na década de 1840, começou a questionar o sentido de pensarmos a liberdade como característica pessoal, como dom da natureza ou de deus. Se a liberdade é individual, quando dois indivíduos se

encontram já temos um conflito, pois os desejos de cada um são diferentes. Se ambos são livres para viver de acordo com seus desejos e com sua vontade, essas duas liberdades individuais entrarão em conflito. Imaginemos então em uma coletividade, constituída por muitos indivíduos... Como o liberalismo resolve isso? Ora, com a criação do Estado, que será o árbitro central que julgará os conflitos. Mas, como garantir que o Estado não “passe por cima” da liberdade de cada um? Essa segue sendo a grande questão para os liberais, que desejam um Estado que interfira pouco, na economia e na vida dos indivíduos, mas que tenha o poder de julgar os conflitos. Em nome de quem será dada a vitória? Do mais forte? Do mais rico? Eis a questão.

A crítica de Proudhon começa por evidenciar esse paradoxo da “liberdade liberal”, que pode ser enunciada no dito popular que todos conhecemos: “a liberdade de um termina onde começa a liberdade de outro”. Se o limite já se impõe quando falamos em dois indivíduos, o que pensar de uma sociedade, uma multiplicidade de indivíduos? O que resta de liberdade, quando tantos limites se impõem pelas relações sociais? Como conceber uma liberdade que é limitada por outra liberdade? Que liberdade é essa? Bakunin foi claro, ao afirmar que se o preço da minha liberdade é a sujeição do outro, isso não é liberdade, é tirania! Em outras palavras, o máximo de liberdade, para um liberal, se daria quando um indivíduo se visse

vivendo sozinho, em uma ilha deserta, por exemplo, sem nenhum outro indivíduo para limitar sua liberdade. De novo: que liberdade é essa?

Para Proudhon está claro que somos seres sociais, que os humanos vivem em comunidades e que, portanto, a liberdade precisa ser pensada como um efeito da coletividade, não da individualidade. Para além de uma visão metafísica, que coloca a liberdade como característica natural do humano ou como dom divino, o filósofo anarquista vai aplicar sua dialética serial para compor um conceito materialista de liberdade, como construção coletiva de seres que vivem em sociedade. Bakunin dará continuidade a esse trabalho, levando adiante a perspectiva da liberdade como construção coletiva, chegando à afirmação, celebrada por todos nós anarquistas, de que a liberdade do(s) outro(s) não limita a minha liberdade, mas a confirma, levando-a ao infinito.

Portanto, na perspectiva anarquista, não se pensa a liberdade em registro individual, mas sempre em registro coletivo. Ela não nos é dada; ao contrário, precisa ser construída coletivamente, conquistada por cada um e por todos. Em uma coletividade, só há liberdade, de fato, quando todos são livres. Isso quebra com todas as dominações que conhecemos: dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres, dos adultos sobre as crianças, dos europeus brancos sobre os negros, indígenas, asiáticos e tudo o que poderia seguir nesta série múltipla de dominações, que pre-

domina na história da humanidade. Vê-se que afirmar a liberdade, na dimensão anarquista, não é nada simples; as consequências são imensas, as responsabilidades também, mas é uma luta digna, que vale a pena ser lutada.

Voltemos agora à questão da educação. Penso ter ficado claro, pelo que foi exposto, que não faz sentido seguirmos as ideias pedagógicas de Rousseau, que nos colocam em um contexto totalmente diferente. Para os anarquistas, o processo educativo é um dos processos através dos quais se pode construir a liberdade. Se a liberdade não nos é dada por deus ou pela natureza, isso significa que precisamos aprender a viver em liberdade. E se ela é sempre coletiva, isso precisa ser aprendido coletivamente, não na individualidade.

No processo educativo, impõe-se um jogo entre liberdade e autoridade. Bakunin, em uma passagem de Deus e o Estado, afirma que o primeiro dia de uma criança na escola é quando ela está mais sujeita à autoridade dos adultos; em contrapartida, seu último dia na escola é quando ela é mais livre. Isso evidencia que a educação é um processo constante de aprendizado e conquista da liberdade, que é realizado por cada um e por todos, em uma comunidade escolar. Uma educação anarquista educa em liberdade, não por conceber que a liberdade é um dom de cada um, mas por entender que é preciso conquistá-la paulatinamente, sendo um desafio cotidiano viver com os outros procurando exercitar a liberdade de cada um, como

uma construção coletiva. Não, a educação anarquista não é a “educação negativa” rousseauniana; afirmar a liberdade não significa negar as ações sobre as crianças, mas assumir que é preciso estar com elas, construir com elas essa liberdade de todos.

Uma pedagogia libertária anarquista (opto por essa forma porque hoje movimentos de extrema direita procuram usurpar o título “libertário”, então melhor deixar claro do que falamos) não se restringe, porém, nem à escola nem à educação das crianças. Se a liberdade é uma conquista e uma construção coletivas, ela passa por um necessário aprendizado. Todos nós, adultos e crianças, precisamos aprender a ser livres. Por essa razão, a pedagogia libertária é um processo existencial, vital, que atravessa as vidas de todos nós que nos dedicamos a viver segundo princípios e valores anarquistas.

Nas produções históricas dos movimentos anarquistas, encontramos os mais variados esforços de construção de vidas atravessadas pela liberdade, pela igualdade, pela solidariedade. Das escolas para crianças, pensadas como comunidades, como no caso da direção de Paul Robin no Orfanato Prévost em Cempuis (entre 1880 e 1894), passando

pela comunidade-escola A Colmeia, criada por Sébastien Faure (entre 1904 e 1917); às escolas propriamente ditas, como a Escola Moderna de Barcelona, criada por Francisco Ferrer y Guardia (entre 1901 e 1906); às mais variadas escolas anarquistas criadas por sindicatos e movimentos operários; às ações sociais mais amplas, como os Centros de Cultura Social; aos projetos de educação através do teatro, da imprensa operária, dos círculos de leitura, voltados aos trabalhadores, são múltiplos os exemplos que podemos garimpar.

Tais exemplos são inspiradores e nos abrem perspectivas, caminhos, horizontes para nossa ação contemporânea. São faróis que nos indicam caminhos, não necessariamente modelos a serem seguidos. Precisamos, neste século XXI, inventar as formas de educar anarquicamente, de modo articulado com a sociedade em que vivemos. Para fazer frente aos projetos neoliberais que assolam nossas escolas e nossas vidas, para fazer frente à crescente onda fascista que arrasa a convivência social, impondo a força da ignorância, uma pedagogia libertária é necessária e urgente. Ela é e seguirá sendo a condição de nossa existência.

...livros,

discos,

vídeos

à maneira.

E deixe

que digam,

que pensem,

que falem...



Montagem da capa do disco “Língua” (1989) de Caetano Veloso e trecho da faixa título.



**INFORMATION
LIBRE**